



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 86

Sessão Ordinária de Abril

4.ª reunião em 13-05-2013

Aos treze dias do mês de Maio de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Susana Cristina Batista Esteves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Marco António da Costa Gonçalves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Vítor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Fernando Manuel Ferreira Carvalho, Adélio Correia Marques da Silva, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Joana Cristina Rodrigues Santos Dias, Nelson Ricardo Esteves Peralta e Filipe Seça Neves barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

David Paiva Martins, Artur Paulo Madaíl Lobo, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, e Carlos Francisco da Cunha Picado. [.001](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António Costa Gonçalves, Fernando Manuel Ferreira Carvalho, Joana Cristina Rodrigues Santos Dias e Filipe Seça Neves Barbado Guerra. [.003](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, e Antero Marques dos Santos, se fizeram substituir nesta reunião por Vítor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, e Adélio Correia Marques Silva, respetivamente.

O sucedâneo, António Manuel Santos Salavessa, pediu escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Vogal Manuel Vieira dos Santos (PS) – Nos termos do artigo 31.º do Regimento:⁰⁰⁵

“Senhor Presidente, eu não posso deixar passar, o tão nobre gesto que teve para com o ilustre Eirolense, Cónego Póvoa dos Reis. Muito Obrigado.”

Continuando, o Presidente da Mesa deu início aos trabalhos com os seguintes pontos da *Ordem-do-Dia*.

PONTO 6. – CONTRATOS PROGRAMA COM AS ENTIDADES EMPRESARIAIS LOCAIS:⁰⁰⁶

a) Contrato Programa CMA e a MoveAveiro;

b) Contrato Programa CMA e a EMA;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião Extraordinária de 22/04/2013, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara delegou no Vereador com o pelouro, a apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁰⁷

“Senhores Vereadores muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores deputados municipais. Trazemos cá este ponto correspondente a dois contratos programa que pretendemos realizar com a empresa MoveAveiro e EMA, entidades empresariais municipais. Estes contratos programa não era costume vir a esta assembleia municipal, aliás nós no início do ano de 2013 já tínhamos levado à Câmara contratos programa, no entanto e alertados pelos nossos serviços, deduzimos que através do artigo 47.º da Lei 50/2012, teríamos de agora submetê-los à Câmara Municipal e também à Assembleia Municipal.

Este é um processo diferente do habitual, decorre da Lei 50/2012 como já referi, são contratos programa para realizar diversos fins. Na área da MoveAveiro relacionados mais com os passes sociais, mas também o transporte escolar. E da EMA, fruto daquilo que são os contratos com entidades sem fins lucrativos e que estão a usufruir do Estádio Municipal de Aveiro. Portanto estes são essencialmente os pontos, se tiverem alguma dúvida estou ao Vosso dispor.”

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Telmo Vieira Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, João Alberto Simões Barbosa, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Carlos Mário Magalhães Anileiro, e Sesnando Alves dos Reis.)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Senhor Presidente, a propósito da metodologia. Estes contratos irão discutidos em conjunto e votados em separado? Certo, muito bem. Mas antes de entrar na discussão fizemos aqui um apelo que se pretendia com a disponibilidade das actas das reuniões do executivo camarário no site. Há época fizemos a crítica, aceite, de que de facto as actas não disponibilizadas a horas. Há um desfasamento temporal muito grande que de alguma forma limita o PCP como não tem presença no executivo camarário, limita o PCP na sua intervenção política aqui neste órgão. Mas agora surge outro problema. É que se verificarem e derem ao trabalho de lerem,

por exemplo em relação a este ponto verão que ela não diz quase nada sobre o assunto. Diz que houve uma apresentação por parte de um vereador, e depois diz que há documentação anexada – mais nada. Só que essa documentação nós não temos acesso. Isto de facto não contribuiu para uma melhoria da discussão nos trabalhos e também daquilo que é o desígnio da administração pública, nomeadamente a transparência e tudo isso. Portanto peço que seja uma situação acautelada para o futuro.

Bem, em relação ao contrato programa. O contrato programa terá uma participação financeira para 2013 na casa dos 440 mil euros. É um contrato programa que tem uma grande diferença, uma grande divergência naquilo que tem sido a atuação deste executivo camarário em relação à MoveAveiro. Note-se, nos considerandos, diz que a MoveAveiro é uma empresa de interesse público. Mas acontece o que aconteceu. Note-se por exemplo, também no contrato programa, que tem uma missão social de relevante interesse público. Mas acontece o que aconteceu. Note-se na cláusula segunda das opções estratégicas da empresa. É completamente desfasado aquilo que lá está escrito daquilo que foi a intervenção que este executivo tem em relação à MoveAveiro. Na cláusula terceira sobre os objectivos sectoriais da empresa, mais uma vez um conjunto de boas intenções e que qualquer um subscreveria, mas na prática é o contrário. É uma empresa mal tratada, depauperada, desprovida daquilo que era a sua função principal para a TRNSDEV, uma transferência substancial daquilo que era a sua função principal que era o serviço à população, portanto transformando-a noutra coisa, numa empresa mal gerida e que de facto não presta o serviço necessário às populações.

O PCP há muito anos fez um alerta. Alertámos que seria um erro muito grande separar o serviço público de transporte rodoviário da autarquia com a criação de uma MoveAveiro. Não fazemos a crítica a este executivo, porque não altura não foi ele. Mas alertámos, porque sempre pensámos que este executivo faria aquilo que se tinha comprometido. Mas não, fizeram a privatização da empresa. Portando demonstra que tivemos razão. Sempre dissemos que a privatização da empresa ou da sua gestão iria acarretar para os municípios maiores custos e nomeadamente com pior serviço e um serviço mais caro. Infelizmente o PCP teve razão.

Agora a propósito do contrato programa formado com a EMA. Mais uma vez estamos perante uma empresa municipal que nunca deveria ter existido. De facto não se compreende numa lógica de racionalidade e numa lógica que coloque os interesses dos municípios e das populações os equipamento municipais, nenhum motivo suficiente forte para que se tenha criado aquela empresa. E a realidade é esta. É que a empresa comprova pela sua atividade o seu espírito altamente deficitário e as suas incapacidades, que não sendo naturais, porque nunca foi uma empresa sustentável com capitalização própria para o município.

Olhando para o contrato programa ficamos com uma dúvida logo no início, com a utilização da expressão que “ a EMA se encontra num processo tendente à extinção”.

Ora bem. O processo é tendente à extinção ou tem como objetivo a sua extinção. Olhando depois para o clausulado, nas orientações estratégicas da empresa, no contrato programa, vemos por exemplo a cláusula segunda e mais uma vez se vê que aquilo que lá está escrito perdoem-me o plebeísmo, mas não bate a bota com a perdigota. Observamos as Contas da empresa, e isto não é uma acusação, é uma constatação. É que a empresa continua com dois funcionários com rendimentos que não são nada de deitar fora, mas ainda tem mais funcionários municipais pagos pelo município.

Continuando ainda na análise dos documentos, o ROC coloca uma questão a qual deve ser chamada à coação e que a todos deve interessar. Nomeadamente quando alerta para que com este contrato programa há uma previsão de receitas que eventualmente não serão concretizadas! Portanto veremos se depois a prática cauciona esta ideia ou não.

Por último uma ideia final sobre aquilo que tem sido a EMA e observando os documentos trazidos a esta sessão. É que a EMA, aquela empresa municipal, com todas as responsabilidades que tem, olhando para a sua atividade exercida em 2012, facilmente percebemos que ficou a léguas de que era uma empresa frutuosa e que a sua atividade era

desenvolvida ao serviço do concelho. Não. Não tem nada disso. Tem alguns episódios de atividade mas sem grande lógica entre si o que acaba depois por justificar todos estes défices e todas estas necessidades financeiras que a empresa tem. Tenho dito.”

Vogal Joana Dias (BE)⁰⁰⁹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹⁰

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰¹¹

Vogal Nelson Peralta (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹²

“Muito obrigado. Julgo que poucos terão argumentos daquilo que se passa na MoveAveiro hoje, para querer estar s dar a sua cara. Mas cara câmara, caros deputados, eu queria começar por dizer que as empresas municipais sempre foram um sorvedouro de dinheiros públicos e uma duplicação de cargos públicos. Portanto nunca serviram o interesse público. Daquilo que dá para constatar pela ação desta Câmara relativamente a todas as empresas municipais é que o desenlace em todas as empresas municipais foi contra o interesse público.

Vejam os parque Desportivo de Aveiro. É bem sabido que o Partido Socialista vendeu 49% dessa empresa municipal por uma bagatela, mas esta Câmara também decidiu dar continuidade à entrega, praticamente gratuita do património público, e atribuiu a maioria do capital dessa empresa a uma empresa privada. Empresa privada agora maioritária perante o município que tem a grande tarefa de mandar construir um campo de golfe!

Sobre a AveiroExpo e o TEMA, existe um estudo secreto que esta Câmara não divulgou ainda (e aproveitava para ao Presidente Élio Maia por que é que não divulga esse estudo secreto e à Vereadora do pelouro). Está aí com algum nervosismo por este secretismo ter sido rompido hoje, pelos vistos? Mas isso vai contra o estatuto de oposição inclusivamente. Já agora gostava que nos informassem como é está a AveiroExpo e o Teatro Aveirense?

Sobre o Estádio foi dito aqui por Marques Pereira que foi uma decisão acertada construir o estádio e constituir a EMA. Nada mais errado. Construir o Estádio foi uma loucura. Construir o Estádio por aquele valor foi uma absoluta loucura. Quem ainda hoje não percebe os erros da sua gestão não pode estar preparado para assumir a gestão no futuro.

E relativamente ao Estádio dizer que foi uma loucura ainda maior o Partido Socialista ter feito um negócio, um protocolo, onde prometia a entrega de 500 mil euros por ano ao Beira-Mar, para o Beira Mar jogar no estádio! Completamente absurdo entregar património público e entregar ainda dinheiro para o usufruto desse património público. Mas mal estive também este executivo PSD/CDS a dar continuidade a esse negócio.

E se olharmos hoje para as Contas da empresa municipal da EMA Vê-mos que existe um subsídio à renda do Beira Mar. E nós sabemos que o Beira Mar usa o Estádio para jogos profissionais de futebol. Aquilo que pergunto é. Aquilo que é o triangulo dourado construção civil, autarquia e clube de futebol, onde é que para o fundo do poço. É que parece que não há fundo para este poço.

Mas devo confrontá-lo com três decisões tomada por este executivo. A primeira a continuidade desse protocolo. Mas acima de tudo duas: o negócio do estádio fez perder a confiança política de dois vereadores. E o outro é o Centro Multiusos aprovado para a zona envolvente do Estádio.

Devo recordar que estes dois negócios foram feitos nos meses em que um investidor da SAD do Beira-Mar queria vir para Aveiro. Portanto, um novo capitalista no bairro, dois novos negócios feitos à medida dos interesses. E aquilo que hoje digo é, daquilo que se sabe desse especulador, o centro multiusos é para avançar, o negócio do estádio que fez perder a confiança política aos dois vereadores é também para avançar. E devo dizer que no Plano de Saneamento Financeiro Estádio era entregue em concessão por 65 milhões de euros, No negócio chumbado pelos Vereadores era entregue gratuitamente. O que lhe digo é. Traga cá esse negócio para ser chumbado porque ninguém hoje lhe vai aprovar o negócio.

Mas devo dizer aquilo que é o PSD e o que é o CDS. Retiraram a confiança política a dois vereadores por impedirem o negócio que causava dúvidas a toda a sociedade e a eles mesmos. Mas Élio Maia viola uma recomendação da Assembleia Municipal, que causa dúvidas a toda a sociedade, que causa dúvidas aos próprios partidos da maioria, e não lhe tiraram a confiança política. É isto que é o PSD e o CDS. A quem veta negócios duvidosos tiram a confiança política. Quem faz negócios duvidosos à revelia da Assembleia Municipal mantêm-se como legítimo representantes do PSD e do CDS. É isto que é o PSD e o CDS, a anteposta de negócios duvidosos.

Mas devo dizer que a MoveAveiro é das empresas mais importantes que Aveiro alguma vez conheceu. E quando dizem que estão a fazer todas estas alterações por causa da lei 50/2012 é mentira. Sabe muito bem disso. Já em 2008 se sabia que esta Câmara pretendia entregar os transportes à TRANSDEV. Mas devo dizer que em 2008 o BE entregou a proposta certa no momento certo. Tenho aqui as propostas. Uma a municipalização da MoveAveiro e se possível a intermunicipalização, e outra era financiamento estatal para a MoveAveiro. As bancadas municipais do PS, PSD e CDS rejeitaram estas propostas!? Quando hoje dizem que é impossível remunicipalizar a MoveAveiro, dizemos aqui que trouxemos as propostas certas no momento certo, 2008. Se o BE teve a proposta certa o PS, PSD e CDS tiveram a votação errada para esta proposta.

E devo dizer que a perda na MoveAveiro neste momento é a perda do serviço público, mas também dos despedimentos. Dezasseis despedimentos coletivos, nove dos quais continuam no desemprego. Élio Maia deu aqui a sua palavra de que nenhum trabalhador iria para a rua. Que nenhum trabalhador seria despedido. Mentiu!

As suas garantias valem zero. Entregou a MoveAveiro sem garantir os postos de trabalho. Também o Conselho de Administração garantiu que nenhum trabalhador seria despedido sem alternativa. Mentiram! Falharam com as suas garantias. É algo que pelos vistos dá um sorriso de orelha a orelha a Pedro Ferreira e a Élio Maia. Estamos conversados sobre esta questão.

Mas devo dizer mais. No que nos traz aqui hoje, diz que a Missão da MoveAveiro é valorizar o esforço desenvolvido pelos funcionários e pelos trabalhadores. Só podem estar a brincar!?

Salários em atraso todos os meses, despedimentos arbitrários, e sem qualquer alternativa. Isto não é respeitar nem valorizar o trabalho. É atacar o trabalho. E ficando-me por aqui para reservar algum tempo, devo dizer que nas empresas municipais nenhum delas correspondeu ao interesse público e se a sua criação não foi para o interesse de todos, a sua extinção também é para o interesse de poucos. No caso da MoveAveiro, sabe-se, que já deu para a TRANSDEV sem concurso público parte daquilo que é o melhor da MoveAveiro. Por isso queria que me explicasse por que é que falhou com as suas garantias e por que é que falha o interesse público. Muito obrigado.”

(Entretanto deram entrada na sala os vogais, Ernesto Carlos Rodrigues Barros e Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu)

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:[013](#)

“Muito bem, só tentar responder aqui a algumas questões colocadas. Em relação à questão colocada da extinção da EMA. Nós temos de facto um processo de extinção e é isso mesmo que está a acontecer. Estamos a concluir os procedimentos é mais adiante já irei dar mais algumas notas.

Quantos aos bons salários na empresa, vindo da parte do PCP, é sempre esquisito virem criticar os salários dos trabalhadores, mas dizer-lhe que acho que não sejam nada de especial – independentemente dos trabalhadores não terem sido contratados por este executivo, pois são pessoas que já lá estavam. Mas pessoalmente dizer que não acho que sejam grandes salários.

Em relação ao que foi dito, dizer que nós tínhamos feito um contrato programa em janeiro que correspondia grosso modo àquilo que eram as exigências legislativas, não nos tínhamos apercebido (e isso é uma das coisas que o revisor dá nota), que tínhamos de ter parecer do Revisor de Contas. Não nos tínhamos apercebido disso e da necessidade de ter que vir à Assembleia Municipal. Refizemos novamente esse processo e decidimos melhorar o contrato programa. Julgo que ele é bastante explícito, ele é bastante bem feiro, e julgo eu que ao nível do país o que está mais de acordo com o que era pretendido a nível legislativo.

Falou e bem daquilo que são a comparação das transferências para a EMA daquilo que nós gastamos em termos municipais com a Ação Social e com as Redes Viárias. Em termos de Redes Viárias nós abrimos procedimentos de média de 150 mil euros mês. O que é doze vezes mais aquilo que estamos a transferir para a EMA. Em relação à Ação Social, no temos protocolos com as IPSS, estamos a falar de cerca de 200 mil euros mês naquilo que são protocolos estabelecidos com as entidades, com as IPSS.

Quanto ao que eu tinha dito de redução de custos e ao alerta com as empresa municipais, ainda bem que o recordou porque é esse o objetivo e é isso que temos vindo a fazer.

Quanto aquilo que o Dr. Marques Pereira referiu quanto à constituição da EMA, que foi necessária, um dos processos que ainda não temos conseguido extinguir a EMA, devesse essencialmente à sua constituição – do modelo de constituição. Como sabem a empresa foi constituída virtualmente sem dívidas, foram todos os empréstimos contraídos pela Câmara Municipal que depois através de suprimentos os colocou na empresa. Isso significaram subsídios ao investimento que neste momento estão a gerar mais-valias. Ou seja, na liquidação da empresa estamos sujeitos a tributação de mais-valias que era algo que não estava sequer nas nossas cogitações e que não me parece que o governo quando lançou a lei tenha ido procurar ainda mais receitas ao municípios.

Já reunimos com o Senhor Secretário de Estado das Finanças e a sua equipa e o procedimento é similar na EMA e na TA. E é a única questão pendente que estamos para resolver e espero que seja resolvido muito em breve e é a única situação que está em causa.

Senhor deputado do BE só para lhe transmitir que a questão da renda do Sport Clube Beira Mar se deve única e exclusivamente às atividades amadoras. Não creio que esteja a confundir a prática de aulas de Karaté e Judo com o futebol profissional!? Se ler é o que está aí transmitido porque é a única situação. E aliás já vinha de alguns anos e é a única situação. O futebol profissional no estádio é pago pela SAD e pode verificar isso nas Contas, que aliás estão aí vertidas no documento.

Por último estava a rir porque o senhor estava a mentir e continua a mentir. É tão fácil mentir para o Bloco Esquerda e é interessante continuar a ver mentir. Muito obrigado”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[014](#)

“Portanto, dizer apenas duas questões sobre a Move Aveiro. Em relação ao calculo das indemnizações compensatórias atendo àquilo que refere o ROC. Aquilo que o ROC aqui diz nos documentos é que há de facto um mau cálculo efetuado, nomeadamente na ponderação dos cálculos. Quer com o serviço do MoveBus quer com os gastos com pessoal!

A segunda ideia é também a do Contrato Programa com a MoveAveiro. Referimos-me à cláusula oitava número um, onde refere «uma expectativa das taxas de ocupação aumentarão por comparação com 2012 em 2%». Ora, atendendo às transformações profundíssimas ali ocorridas; atendendo ao aumento dos preços; atendendo aos percursos entregues e pior desenhados; atendo até à atual situação económica e social do país; em que é que se baseia este executivo quando escreve neste documento que haverá um aumento de passageiros em 2%? Tenho dito.”

Vogal Joana Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[015](#)

“Bem, naquilo que diz respeito ao Revisor de Contas quando ele estabelece reservas no descartar de responsabilidades no que diz respeito a Contas que ele não percebeu, e no concreto ao Contrato Programa com a EMA por não haver um documento de contabilidade analítica. E portanto há claramente uma certa reserva e um descartar de algumas responsabilidades, sendo que no plano técnico as contas batem certas.

Em relação à MoveAveiro, e repetindo-me outra vez, é interessante olhar para os considerandos e para as cláusulas e ver quais foram os objetivos da MoveAveiro e saber qual é a prática deste executivo. Por exemplo nas próprias orientações estratégicas, como já aqui foi referido, fala em estabilizar a situação económica da empresa!?! Quer dizer, isto é para rir. Estão a gozar? Estabilizar a situação económica da empresa! Então oito anos a destabilizar, a retalhar áreas de serviços, a concessionar a privados sem concurso público nomeadamente os trajetos mais rentáveis! Só pode ser para rir afirmar que é para estabilizar a empresa.

Depois referir que referem querer aumentar as zonas de estacionamento pago porque acham que é isso que irá reduzir o tráfego! Nós temos visto, basta andar pela cidade, isso vai empurrando mais os carros para a periferia e tornando-o mais caótico pela ausência de alternativas ao nível do transporte público. Porque isso não é uma questão de escolha para as pessoas virem trabalhar. As pessoas que têm emprego na cidade vem de carro se não há serviço público. Nisto que é dito há uma dupla penalização do cidadão. Ou seja, esta ideia que o aumento de zonas de estacionamento pago na cidade de Aveiro reduz o tráfego automóvel, a nosso ver tem-se comprovado que não é verdade. Se tiverem números então apresentem e contradigam.

A própria cláusula quarta é toda ela uma justificação que o serviço prestado pela MoveAveiro deve continuar na esfera pública. Coisa que nós notamos claramente que na EMA, mas que vemos exatamente o oposto com a MoveAveiro. E se quiserem perguntar aos aveirenses qual é que preferem, de certeza que preferem a MoveAveiro porque é uma questão estratégica e fundamental que é o aspecto da mobilidade. Portanto caso isso não se verifique, percebe-se pela leitura da cláusula o que é que aconteceria aos preços.

Na cláusula oitava, nomeadamente, reconhece-se que na conjuntura que o país atravessa, as alterações de linhas e de horários trarão consequências na diminuição de passageiros, ou seja que vai descer, mas os objetivos passam por aumentar receitas e taxas de ocupação! É um belo paradoxo. É tudo. Muito obrigado.”

Vogal Nelson Peralta (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

“Bem, Pedro Ferreira, vangloria-se dos despedimentos e depois disse que eu estava a mentir. Devo dizer que rir sobre os despedimentos não tem graça nenhuma. Nem é digno de um representante democraticamente eleito. Dezasseis trabalhadores foram despedidos. Nove por despedimento coletivo, contrariamente às garantias da Câmara Municipal e da empresa municipal. E isso é bastante grave. E devo destacar aquilo que é o tratamento diferenciado entre a EMA e a MoveAveiro. A Ema está em banho-maria, a MoveAveiro está em desmantelação rápida. O ponto comum entre a EMA e a MoveAveiro é que chega um capitalista, um especulador novo, e no caso da EMA dois negócios feitos à medida. No caso da TRANSDEV uma oferta sem concurso público. Isso é que é grave. Duas empresas com tratamento distinto mas com a mesma finalidade – acabar com o interesse público e entregar aos interesses dos privados. O texto que nos trazem aqui é muito claro. Diz que sem o subsídio da Câmara existiam menos entre 30 a 188 por cento dos bilhetes. Só nos estão a dizer o que é que será o futuro e que a Câmara continuará a pagar e a subsidiar.

Quando falamos na MoveAveiro, não nos podemos esquecer daquilo que é a má gestão, a péssima gestão, que esta Câmara Municipal e a equipa escolhida por si num jantar qualquer de família tem exercido naquela empresa municipal.

Devo dizer que este executivo está no final de mandato. Passos Coelho dizia: "não estamos com pressa de ir ao pote". Parece que estes representantes eleitos estão com pressa, enquanto tem as mãos no pote. Aquilo que lhes dizemos é. Deixem o pote em paz, deixem Aveiro, não destruam o interesse público, não comprometam Aveiro para os próximos sessenta anos, não destruam gerações e gerações, não destruam a democracia nem o erário público. Muito obrigado."

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[017](#)

"Muito boa noite a todos. Aquilo que tem sido infelizmente o traço mais negativo da gestão da MoveAveiro, eu diria que é factualmente distinguir aquilo que é a responsabilidade política da gestão da MoveAveiro da responsabilidade da gestão funcional. Sabemos que a administração também é formada por Vereadores e as decisões que são tomadas na MoveAveiro são decisivos eminentemente políticas e sobre isso eu penso que ninguém poderá dizer o contrário. Nós temos vindo a denunciar a circunstância entre outros, para além do desmantelamento por opção, aquilo que é o serviço público de transportes em Aveiro – e já aqui foi assumido que é uma questão de opção. Mas há aqui uma questão que é fundamental que é a questão da dignidade de quem trabalha, que é a questão do emprego, nomeadamente a questão do pagamento dos salários. E penso que não houve trimestre que não tenha havido episódios de falta de pagamentos de salários na MoveAveiro. Não sei se é assim matematicamente mas sei que encheram muitas páginas de jornais. O Senhor Presidente queixava-se há dias que os jornalistas o trataram mal, mas trataram aquilo que tinham de tratar. Mas a verdade é que foram muitos os meses em que os trabalhadores da MoveAveiro não receberam os seus salários.

Pois bem, se há uma relação directa entre este novo contrato programa e ou outra forma de relação entre o acionista Câmara Municipal e a empresa municipal, esperava-se que até aqui (e essa é a questão que queremos colocar hoje) é saber se é garantido por esta Câmara municipal se com a aprovação deste contrato programa que um novo episódio de não pagamento de salários vá acontecer ou não vá acontecer. Ou seja, diria a prudência ou a responsabilidade política, que há um ano ou dois atrás, esta Câmara tivesse tomado as devidas providências para que isto não acontecesse. Podia acontecer muita coisa, mas os cidadãos não podem ficar sem transportes públicos e os trabalhadores não deviam deixar de receber o seu ordenado. Mas isso aconteceu.

A questão é: a assembleia é de novo confrontada com a análise e aprovação de um protocolo e pergunto para uma resposta suficientemente conclusiva, este protocolo garante que durante o restante do mandato, enquanto houver este protocolo, não mais haverá qualquer razão para que haja um único salário em atraso na MoveAveiro. Muito obrigado."

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[018](#)

"Muito breve. Gostaria de reafirmar o propósito que nos traz aqui a aprovar este contrato programa. Porque de facto nesta noite já ouvimos aqui muita coisa que não tem nada a ver com isto! E nós devemos de facto cingir-nos àquilo que está em cima da mesa para aprovar. É evidente que cada um tem a sua forma de fazer política. E há pessoas que aqui a pretexto de qualquer palavra percorrem o passado e tudo lhes serve para criticar politicamente. Até porque se denota claramente que aqui já há pessoas que estão em campanha eleitoral. E nós aqui não estamos preocupados com isso. Estamos preocupados de facto é com o que está aqui vertido nestes dois documentos. E a esses dois documentos que nós dizemos sim. Obrigado."

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰¹⁹

“Senhor Presidente uma nota muito breve que passou e que poderia dar alguma ideia errada que tem a ver com a necessidade da extinção da MoveAveiro. Na realidade a extinção ocorreria sempre mesmo que tivéssemos feito mais transferências para a empresa. Nós transferimos até à data mais de 15 milhões de euros, quer por contrato programa quer por reequilíbrio financeiro.

Se o tivéssemos feito por contrato programa, como neste caso, teríamos os resultados positivos e portanto não iríamos extinguir por ai, mas iríamos extinguir por termos de transferir mais de cinquenta por cento para completar as receitas da empresa. E portanto nós extinguiríamos sempre.

A ideia da lei é extinguir de facto qualquer entidade que seja subsidiada ou que não sendo subsidiada tenha resultados negativos. Portanto deixar aqui este esclarecimento.

E como se deduz deste esclarecimento, este contrato programa é garante da transferência dos subsídios para o transporte escolar e para acção social, não é garante pagamento de salários. Garante de pagamento de salários é o trabalho feito pela administração e obviamente pelos trabalhadores no dia-a-dia. Obrigado.”

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto n.º 6 – Contratos Programa com as entidades empresariais locais:

a) Contrato Programa CMA e a MoveAveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria,⁰²⁰ com vinte e quatro votos a favor (PSD17+CDS6+IND1), sete abstenções (PS7), e três votos contra (BE2+PCP1).

b) Contrato Programa CMA e a EMA, sendo o mesmo aprovado por maioria,⁰²¹ com vinte e três votos a favor (PSD16+CDS6+IND1), oito abstenções (PSD1+PS7), e três votos contra (BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰²²

“Será a minha declaração de voto as intervenções que fiz neste ponto.”

Vogal Nelson Peralta (BE):⁰²³

“Remetemos nesta declaração de voto as minhas intervenções, as quais pedimos a transcrição em acta.”

PONTO 7. – MOVEAVEIRO – EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, EEM – ANÁLISE DO PROCESSO DE EXTINÇÃO E CONCESSÕES.

(Este ponto da ordem do dia foi agendado a pedido do executivo municipal, sendo que não foi fornecida qualquer documentação para fundamentação da proposta, nos termos regimentais.)

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que explicasse a fundamentação do pedido de agendamento.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁴

“Muito obrigado senhor Presidente. Duas notas prévias. A primeira referindo que este ponto foi agendado a nosso pedido, por nossa iniciativa. O que quer dizer que quando aqui foi afirmado de forma reiterada, de forma recorrente, que fugíamos ao diálogo, que não queríamos debate sobre estes assuntos, está na prática a resposta a essa acusação que era formulada. E os factos falam muito melhor que as palavras.

A segunda nota relembrar, na linha daquilo que já aqui foi referido hoje algumas vezes, no dia trinta um de agosto de 2012, foi publicada a lei 50/2012. Aplicando essa lei em concreto à situação do nosso concelho significa que de forma incontornável e irrecusável no dia um de fevereiro do ano de 2015, há duas empresas no município de Aveiro que até essa data tem de ser extintas.

Não é uma questão de opção, não é opção de vontade, não é opção de gosto. É uma questão de cumprir a obrigação que a lei nos impele e nos obriga a cumprir. Quer queiramos ou não no dia 1 de fevereiro 2015 as duas empresa estão extintas. Isso implica que durante os vinte meses que falta (e já só falta cerca de 20 meses), vamos ter, nós ou quem aqui estiver, vai ter uma imensidão de problemas associados a esta extinção, dos quais se destacam dois problemas mais centrais, mais nucleares.

O primeiro problema é que uma dessas empresas até ao dia 1 de fevereiro de 2015 vai ter que ter 4 milhões de euros para poder ser extinta. Tem de entrar na empresa 4 milhões de euros para a empresa poder ser extinta e para que a lei possa ser cumprida. O segundo maior problema prende-se com os cerca de 70 funcionários que estando numa dessas empresas não tem vínculo à função pública. E se nada for feito, se deixarmos a situação prosseguir nos termos em que está neste momento, se nestes 20 meses não for tomada nenhuma decisão por difícil que seja, nesses dia ou mais tardar há 70 funcionários, há 70 famílias que vão ter que pessoas desempregados. E isto é, em relação à dignidade aqui afirmada, na defesa dos postos de trabalho de cada trabalhador. Isto é grave, isto exige na nossa parte medidas tomadas em tempo oportuno.

Isto são imposições legais, nós podemos assobiar para o ar, podemos fazer de conta que o problema não existe, mas com isso não resolvemos o problema — ele o mais tarde em fevereiro de 2015 está à nossa frente. E precisamos de saber com toda a clareza o que é que precisamos de fazer nestes 20 meses, até fevereiro de 2015 para que estes problemas possam ser minorados.

Temos de conseguir uma receita de 4 milhões de euros. O município não tem condições objectivas a todos os níveis para disponibilizar 4 milhões para uma empresa, mas esse valor tem de aparecer. E precisamos de encontrar uma resposta pelo menos para esses 70 funcionários e para as suas famílias porque irão ficar desempregados. E esta é naturalmente uma grande responsabilidade que nos recai sobre os ombros de todos que aqui estamos.

Com este enquadramento, com esta factualidade, com esta realidade que temos pela frente, temos dado passos, temos tentado fazer aquilo que sentimos ser a nossa obrigação, teria sido muito mais fácil para nós quer em termos pessoais quer termos políticos pormos o problema ao lado e dizer que não é nada connosco. Mas temos corrido risco, temos avançado, temos feito caminho. E aquele pedido de agendamento aqui hoje deste ponto nesta assembleia foi exatamente com esse objectivo de informar a assembleia em termos formais, dos passos que têm sido dados, de forma a que a assembleia fique com uma perspectiva global de como o processo esta a decorrer. E só conhecendo é que nós temos dúvidas, possam ter dúvidas ou agora ou oportunamente, e vir a questionar esse caminho que nós temos seguido.

Eu irei dar a palavra à Dr.^a Maria da Luz que nos irá expor aquilo que tem acontecido no processo da TEMA, e depois o Eng. Carlos Santos irá dizer o que tem acontecido na MoveAveiro. E Vereador Pedro Ferreira fará uma síntese geral de conjunto dos dois processos. Muito obrigado.”

Vereadora Maria da Luz:[025](#)

Membros da Assembleia

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do artigo 30.º do Regimento:[026](#)

“Um ponto de ordem. Sei que estou a interromper mas isto é demasiadamente importante. É que de facto eu não percebi a introdução e até estou meio baralhado com a introdução do Senhor Presidente da Câmara, mas agora já percebi que não havia nada para perceber. Numa primeira questão o senhor Presidente diz que agendou um ponto e os pontos nos termos regimentais têm documentos. Mas não há nenhum documento até hoje distribuído a nenhum deputado municipal sobre este assunto. Aliás, na discussão da recomendação da conceção do estacionamento, já na altura o senhor Presidente tinha alegado este facto e nós tínhamos dito que não havia nenhum, documento. Na reunião da Comissão Permanente que decidiu propor uma sessão extraordinária da assembleia, nesse dia, não havia nenhum documento. Portanto este título não diz nada sobre o conteúdo daquilo que nós estamos aqui a falar. E portanto, não rigorosamente nada, fundamento nenhum, para nós aqui hoje termos esta discussão, ainda que achamos que a mesmas devesse ser feita porque esta matéria tem panos para mangas, mas só a podemos ter quando tivermos informação escrita.

Uma segunda questão é, eu diria: fazermos uma interrupção dos trabalhos e reunir a Comissão Permanente. Segunda questão, também para proposta, já que vamos discutir esses temas todos (estamos a falar de horas de assembleia municipal) vamos ter que definir uma metodologia. E a metodologia que nós propomos é que se vá sectorialmente, empresa a empresa. Porque virem aqui misturar tudo, como foi aqui feito pela senhora Vereadora não dá para entender.”

Presidente da Mesa:[027](#)

“Senhores deputados. É um interpelação que julgamos procedente, na medida em que o que a Mesa recebeu foi apenas um pedido de agendamento do ponto sete, Moveaveiro – empresa municipal de mobilidade, EEM – análise do processo de extinção e concessões, sem que até ao momento qualquer documento de suporte.”

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do artigo 30.º do Regimento:[028](#)

“Um ponto ordem. Foi claro que a Câmara agendou isto para falar da MoveAveiro, foi claro na intervenção de Élio Maia que se iria falar da MoveAveiro, até que em certo momento se começou a falar de tudo. Do assunto da MoveAveiro devo dizer que Élio Maia escondeu todos os documentos e não há qualquer deliberação. E quero dizer que não respondeu como é que iria fazer no seguimento da Recomendação aqui aprovada.

Em relação ao Teatro Aveirense começo por dizer da existência de um estudo secreto e não podemos fazer a discussão sem esse documento estar distribuído.”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia[029](#) interrompeu os trabalhos, nos termos regimentais, a fim de reunir a Comissão Permanente.

Retomados os trabalhos, usaram ainda da palavra os seguintes membros:

Presidente da Mesa:[030](#)

“Senhores deputados iríamos então retomar os respetivos trabalhos. A Mesa em conferência de líderes, em Comissão Permanente, verificou que não estão criadas as condições, designadamente pela não existência de documentação suporte para a continuidade de discussão e debate do ponto 7. E por isso a discussão termina por aqui e prosseguiremos a ordem-do-dia da sessão.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do artigo 30.º do Regimento:⁰³¹

“Senhor Presidente uma interpelação à Mesa. Como dissemos ainda sem perceber o desfecho que esta discussão iria ter, dizer que é pena não podermos discutir estas questões na Assembleia Municipal, porque de facto são questões muito importantes para o futuro de Aveiro — e o senhor Presidente da Câmara disse e afirmou que há documentos que não são confidenciais. Ou seja o senhor Presidente afirmou que nunca escondeu nada e que os debates são para fazer de forma aberta nomeadamente com os partidos políticos. Aquilo que eu peço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal é que independentemente de haver um agendamento de um ponto, que a Câmara faculte aos partidos políticos todos os tais documentos existentes para que os partidos políticos também sobre eles possam discutir, debater, fazer propostas construtivas para este debate para podermos chegar a boas soluções participadas por todos. Portanto aguardamos com expectativa que nos próximos dias nos cheguem a todos os partidos esses documentos. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:⁰³²

“Senhor deputado, como sabe deve fazer chegar à Mesa um requerimento caso pretenda esses documentos. Muito o brigado”

PONTO 8. – MOÇÃO: CONCESSÃO DO SERVIÇO DE AUTOCARROS DA MOVEAVEIRO - ANULAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO E DESISTÊNCIA DO NEGÓCIO.

(Este ponto foi agendado na ordem do dia pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda)

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰³³

“Ao contrário do ponto anterior, esta Moção, este é um ponto agendado que diz ao que vem e para quê — bastante claro portanto. É uma proposta simples, clara e concisa, visa parar o concurso público, anular o concurso público, para a concessão dos autocarros da Moveaveiro. É, digamos assim, fazendo o paralelismo, exatamente o mesmo que fizemos em relação à concessão do estacionamento. Por isso estou em crer que esta Assembleia Municipal terá todos os motivos para aprovar esta Moção por uma larga maioria, à semelhança do que aconteceu com o estacionamento. E digo-o por duas ordens de razões, a primeira é porque esta proposta defende o interesse público e a transparência, defende o serviço público, defende a mobilidade, a qualidade de vida, o urbanismo e a centralidade de uma capital de distrito, mas também por uma outra ordem de razões, é que na discussão da concessão do estacionamento para a sua anulação, as bancadas, todas as bancadas, mas dou mais relevo às bancadas do PSD e do CDS, disseram taxativamente que uma empresa em processo de extinção não podia ser ela própria a lançar o concurso público. Foi este o argumento dado nesta Assembleia Municipal, foi um argumento realçado ainda mais por Manuel António Coimbra (que não está aqui hoje), num programa de rádio dia 27 de Abril. As bancadas do PSD e do CDS não deixaram margem para dúvidas, uma empresa municipal em processo de extinção, não pode ela própria abrir um concurso público para o caso do estacionamento ou para a questão dos autocarros. E é por isso que estamos em crer que esta Assembleia Municipal irá aprovar por larga maioria esta proposta. E acrescento ainda uma outra razão é a questão da desvalorização, é que podemos concordar ou discordar ideologicamente deste negócio e eu certamente discordo da privatização de serviços públicos, mas mesmo quem concorde com a privatização dos serviços públicos, deve considerar que este modelo de negócio, este concurso público surge na pior altura e com os piores motivos, estamos depois da entrega das quatro linhas que mais lucro dão à Moveaveiro, das quatro linhas mais rentáveis, vamos fazer um concurso público para o resto ou mesmo que seja para tudo, estamos a desvalorizar a empresa. Mesmo num concurso público agora, nesta circunstância em que a empresa está delapidada ou um concurso público

noutra altura poderá até ser melhor do que nesta, certamente para mim será pior, mas para as bancadas da direita, certamente se querem defender o interesse público, se querem mesmo fazer um bom negócio naquilo que é a vossa óptica, vão certamente chumbar este concurso público, porque uma empresa que está amputada, vale menos que uma empresa que está completa. Não faz sentido nenhum ter entregue sem concurso público e de forma gratuita à Transdev as quatro linhas principais e agora lançar um concurso público para tudo ou para o resto, a empresa vale menos. Portanto julgo que as bancadas da direita têm todos os argumentos para proteger o interesse público e já o deixaram aqui expresso a esta Assembleia Municipal. De dizer ainda que a Moveaveiro tem sido badalada, por aquilo que tem sido uma péssima gestão e devo dizer com muita mágoa que o Presidente Élio Maia nesta Assembleia Municipal quando falou em proteger os postos de trabalho na Moveaveiro, mais parecia “lágrimas de crocodilo”, porque quem despede e quem não admite ter despedido, quem se ri de ter despedido, para logo a seguir dizer que está cá para proteger o emprego, não é verdade, está cá para proteger outros interesses que não o interesse público. E é por isso que apelo a todos os deputados, especialmente do PSD e do CDS para votarem favoravelmente esta proposta, atendendo à vossa consciência naquilo que foi o argumento principal para chumbarem a concessão do estacionamento que é uma empresa municipal, não pode a própria instituição lançar um concurso público e também em relação àquilo que na vossa consciência será um bom ou um mau negócio, já sabemos aquilo que acham do interesse público e de limpezas públicas, mas mesmo com a vossa concepção de sociedade, este negócio é sempre um mau negócio, porque a Moveaveiro está concessionada, está amputada! E é por isso que pomos esta proposta à discussão, crendo e acreditando que terá aqui uma larga maioria desta Assembleia Municipal e pedimos depois que a Câmara Municipal respeite a delegação desta Assembleia Municipal. Longe de mim acreditar que deputados municipais aqui tenham dito o que era a sua consciência e agora votem contra aquilo que é a vossa consciência e estou certo que todos votarão contra este negócio pouco transparente e que pouco serve o interesse público e que será em todas as circunstâncias um péssimo negócio. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰³⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁵

“O Senhor deputado encheu a boca com o interesse público! Mas deve é separar o que é o serviço público do interesse público, são coisas muito, muito, muito, muito distintas. Faz confusão, mistura, fala em serviço público depois em interesse público, serviço público e interesse público. Um serviço público tem sempre que ser aferido, medido, avaliado em função do interesse público. O interesse público é o valor mais importante, que tem que avaliar e tem que servir de critério para esse serviço público. Fará sentido, fez sentido na nossa perspectiva em 1959, quando o município de Aveiro avançou com a constituição dos transportes urbanos, porque não havia alternativa e não havendo alternativa, precisando os cidadãos aveirenses de se deslocar para o seu trabalho e para outras finalidades, fazia sentido que em nome do interesse público, fosse criado um serviço público mesmo que fosse financiado por todos. Este fazia todo o sentido em 1959. 1959 Já vai lá muito longe e neste momento a questão é esta, faz sentido em nome do interesse público, que a Moveaveiro, que todos nós, dos nossos impostos, daquilo que pagamos, já tenhamos transferido em oito anos quinze milhões de euros para suportar o prejuízo da empresa, quinze milhões de euros são três milhões de contos, nós perdemos a noção do número! Faz sentido? Bem, fará sentido se ninguém fizer esse serviço em melhores condições, ora ultimamente surgiam face à transformação que o próprio mundo foi registando, face às novas realidades circundantes, confrontamo-nos aqui com alternativas que não tínhamos há sessenta anos como é evidente. E neste momento conforme naquele processo que experimentalmente avançámos por um período de dois anos, naquele processo de dois

anos apenas para ver o que dava, descobrimos aí de uma forma simples, que aquilo que nos custava a todos nós enquanto cidadãos, custava ao interesse público milhões, está a ser feito (esse e temos meio ano de experiência nesse processo até agora) sem custo nenhum para o público, para nós, está a ser feito por preço mais baixo para o próprio cidadão. Agora a pergunta é assim, se temos na actual realidade, na actual conjuntura, naquilo que vivemos hipótese de continuar a prestar um serviço público sem lesar o interesse público, isso faz sentido? Aliás dizer-vos isto, não é por acaso que dos trezentos e oito municípios do nosso país, a questão dos transportes só é assumido pelo município em cerca de seis ou sete casos, os outros trezentos e um ou trezentos e dois municípios não gastam um cêntimo com o transporte público e o transporte público existe, não há é gasto nenhum, nem há o prejuízo do interesse público. Por exemplo, só para terem a noção e eu penso que mais à frente falaremos nisso, só para verem a diferença, nessas três linhas que nós deixámos de fazer, só nessas três durante dois anos para experimentar, os autocarros da Moveaveiro que gastam quarenta litros aos 100, fazem menos cerca de cinquenta mil quilómetros por mês, traduzam isto em termos de gasóleos, consumos, cinquenta mil quilómetros por mês a menos, que é feito com esta simples operação, penso que é claro isto, e de modo que eu peço-vos que nesta reflexão façam-na sempre em nome do serviço público como é evidente, mas fundamentalmente avaliem isto em termos do interesse público, do interesse de todos nós, que é isso que estamos aqui para defender, somos obrigados a fazê-lo. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[036](#)

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos Senhores Deputados, excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, demais presentes, até é difícil iniciar uma intervenção sobre este assunto depois de ouvir aquilo que o Senhor Presidente da Câmara acabou agora de dizer. É mais difícil porque a nossa sociedade vai avançando e vai evoluindo e nós vamos dando por adquiridos um conjunto de valores e de ideias que de alguma forma conformam a mesma! E nesse sentido há coisas que a gente por vezes pensa, já passámos isto e não voltamos atrás! E de repente tudo isto começa a ser colocado em causa e foi colocado em causa hoje e agora pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, da mesma forma que já tinha vindo a ser colocada em causa desde há algum tempo a esta parte, por parte deste executivo camarário e da sua experiência com a Moveaveiro. Interesse público, serviço público. O interesse público versus serviço público é uma ideia só per si errada, porque interesse público e serviço público não podem ser vistos de uma lógica de versus, mas sim numa lógica portanto de complementaridade, em que um serve o outro e o outro serve o um, e a realidade é esta, é que o serviço público de transportes não nasce nas sociedades modernas e até antes das modernas vá, por acaso, porque vamos estoirar dinheiro, de facto não nasce por isso. Nasce porque existe uma necessidade das populações e da própria sociedade em ter serviços de transporte públicos, para o trabalho, para o lazer, para o que for necessário. E a realidade é esta, o nosso concelho, (e corrijam-me quem souber que eu esteja errado) terá transportes públicos rodoviários públicos há cinquenta, sessenta anos, mais ou menos, eh pá e será que só agora é que se descobriu o buraco que aquilo era, que aquilo representava!? Mas será que até hoje nunca nenhum executivo camarário fez o rácio, dinheiro gasto, portanto o lucro social portanto desse dinheiro gasto? Senhor Presidente de Câmara, mas os aveirenses pagam impostos sobre impostos é para quê? É para isto Senhor Presidente de Câmara, para estes serviços públicos, portanto que têm natureza pública e que a todos interessam. É para isto que se pagam impostos, não é para alguns gastos supérfluos desnecessários e irrelevantes, como por exemplo alguns que este executivo tem feito. Não é para esses, mas para estes é! E quer dizer, não faz portanto qualquer sentido colocar o problema dos gastos desse ponto de vista. Há estudo algum que diga quanto é que o concelho

de Aveiro ganha socialmente e até economicamente na sua coesão económica e social, ter um serviço público de transporte? Não há! Que eu saiba não se fez. Fez-se foi o valor de que a nomeação compensatória que a autarquia paga à Moveaveiro! E ainda bem que a paga, ainda bem que a paga. É até um sinal de passo a expressão de “alguma grandeza” para o nosso município ter o seu serviço público de transportes. Aveiro é uma cidade, tem o seu serviço público de transportes. Nós não somos (passo a expressão e passo a imagem, não quero ofender ninguém) uma pequena aldeia, onde toda a gente se movimenta de bicicleta, isto é uma cidade, construir, ser cidade é isto e de facto é aflitiva, quando a gente pensa que isto é nosso, é adquirido, de repente voltamos atrás e tudo isto deixa de fazer sentido. Deixa de fazer sentido porquê? Porque se gasta muito dinheiro e porque haverá eventualmente um privado que saberá fazer melhor. Pois bem, eu sobre a experiência do privado já vou descrever mais à frente. Isto desorienta! Aquilo que foi dito desorienta! A propósito, (só uma ideia ainda) daquilo que acabou de dizer. Senhor Presidente de Câmara a realidade é esta, a experiência até agora existente do serviço de transportes em Aveiro, é que de facto é um elemento de coesão económica e social, é um elemento que contribui para as mobilidades das populações, para o bem-estar das populações, é um instrumento até em segunda linha, mas também é um instrumento importante portanto no planeamento da cidade, naquilo que é o seu urbanismo, na construção daquilo que é o nosso concelho e a verdade é que a experiência até agora com a Transdev, do ponto de vista dos trabalhadores da Moveaveiro, (depois temos que falar dos utentes e do concelho) resultou portanto, gente que ficou sem trabalho, alguns, os que ficaram, portanto em pior situação laboral e aqueles que tendo ido para a Transdev ficaram em situação laboral pior. Portanto do ponto de vista dos trabalhadores estamos conversados. Sobre o memorando com a Transdev por exemplo, voltamos a colocar a questão, o memorando com a Transdev sem concurso, logo por aí é um memorando de duvidosa legalidade! E aquele concurso que foi feito, entregou à Transdev quatro linhas, quatro linhas mais utilizadas pelos utentes, portanto numa lógica de maximização dos lucros para a Transdev, portanto a carne para a Transdev, o osso para o município. Portanto como eu dizia degradando os vínculos laborais, a Transdev pegou reduziu horários, reduziu trajectos, reduzindo também percursos e por exemplo aumentou, ao contrário do que o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz, aumentou preços de bilhetes e passes, por exemplo os cidadãos de Aveiro que usam, por exemplo o antigo 2, sabem disso. Mais, os autocarros que a Transdev colocou a circular não são autocarros adequados a território urbano, qualquer pessoa de mobilidade reduzida sabe disto, entra pelos olhos dentro, aqueles autocarros não são para perímetros urbanos, interurbanos talvez, urbanos não. Em relação por exemplo às paragens, o recente pequeno ciclone que passou por Aveiro e que arrasou parte substancial do pequeno edificado imobiliário urbano que havia, as paragens foram destruídas, a Transdev passou como portanto “cão por vinha vindimada”, e por exemplo na minha rua ainda hoje está lá uma paragem da Moveaveiro tombada há meses, é o deixa andar, a população que apanhe chuva! Palavra de honra, não há palavras, isto é arrepiante! Lamento muito mas isto é arrepiante! Senhor Presidente de Câmara a propósito disto tudo, do negócio dos parques de estacionamento que nunca devia ter existido, esperamos bem que siga a recomendação que esta Assembleia em boa hora lhe deu por unanimidade. Peço desculpa, por larga maioria, inclusivamente ao arrepio do seu próprio partido.”

Vogal Carlos Barros (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata.⁰³⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite excelentíssima Mesa. Ora bem, nós estamos aqui a falar realmente dos nossos transportes colectivos, dos nossos autocarros da cidade de Aveiro. Eu quero dizer aqui uma situação: é que realmente os nossos transportes colectivos sempre deram prejuízo. Este prejuízo era colmatado durante anos e anos pelas receitas dos Serviços Municipalizados, que ele estava integrado nos Serviços Municipalizados e portanto as

receitas que aí vem, que os Serviços Municipalizados tinham, colmatavam bastante esses prejuízos. Agora a nossa Câmara não está em condições de realmente nada de estar a aguentar com esses serviços, a partir do momento em que deixou de ter essas receitas dos Serviços Municipalizados, para colmatar os transportes públicos. Portanto a situação que a Câmara aqui usou, foi uma forma de otimizar os nossos serviços públicos, quer dizer mantendo os serviços públicos, entregou agora alguns deles a empresas privadas, que pelo que eu tenho conhecimento, têm estado a funcionar razoavelmente bem. Não vejo autocarros degradados a passear nos circuitos mais interurbanos, nomeadamente os que vão para os concelhos mais longínquos do centro da cidade, vejo sim esses autocarros mais antigos a circular dentro da cidade. Essas quatro linhas, penso que estão a funcionar dentro da normalidade e da otimização que é possível, no entanto penso que a própria Câmara Municipal, se realmente vê que há situações que ainda não estão devidamente descuradas e devidamente arranjadas, inclusivamente poderá para não ter tanto prejuízo como teve e como tem, se tivesse realmente todas as linhas da Moveaveiro, criar um regime se calhar de passes sociais, para as pessoas que têm que realmente dificuldade em liquidar os passes sociais que liquidavam quando eram os Transportes Urbanos de Aveiro e portanto arranjar uma forma digna de continuar a alimentar realmente as grandes defesas das pessoas que não conseguem atingir esses valores para poderem comprar os seus passes sociais e para poderem circular nos transportes públicos e penso que será uma solução a repensar nesta atitude que a Câmara tomou. É só isto que eu tenho para dizer, muito obrigado.”

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰³⁸

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰³⁹

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁰

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu em primeiro lugar não posso deixar de me referir ao episódio caricato anterior, porque o Ponto que nós devíamos estar a discutir era o tal que dizia, Moveaveiro – análise do processo de extinção e concessões. E um processo tão importante como este, sobre um serviço tão importante como este, sobre uma empresa municipal com o peso que esta tem no município, falharam os documentos na Assembleia. Quando um processo desta natureza é tratado desta forma, parece que está quase tudo dito, se havia documento que não podia falhar, por todas as razões, pela análise das mais variadas perspectivas era este, que é fundamental e muito importante e essa preocupação é transversal a todos os elementos que estão nesta Assembleia, quer deputados municipais, quer executivo das mais diversas cores partidárias. Agora vamos fazer a discussão, mas enxertado numa Moção do BE, que quer naturalmente promover o seu candidato à Câmara que está aqui ao meu lado direito, embora sendo um homem de esquerda, pelo menos assim se intitula, para poder rentabilizar e é normal, estamos num período pré eleitoral, este pelo menos é um candidato que nasceu em Aveiro, o Peralta é de Aveiro, este pelo menos é de cá e podemos todos no fundo, fazer esta discussão enxertados no Ponto errado. Eu gostava de começar pelo seguinte, por dizer que a Câmara desistiu de afirmar a sua capitalidade através de uma empresa de mobilidade, que estava montada e que foi pensada para poder ser um alfobre também do desenho, da forma como os cidadãos em Aveiro se podiam movimentar e poder crescer e poder ter responsabilidades a nível supra municipal. Quero também aqui desmistificar o seguinte, poupa-se mais dinheiro? Pois é natural, imagino que se poupe mais dinheiro, os autocarros andam menos, poupa-se mais dinheiro, mas também se perde receita da bilhética e os cidadãos demoram muito mais tempo a chegar aos seus destinos, do que demoravam até agora e por isso o transporte público vai-se tornando menos apetecível e esta junção de circunstâncias farão com que o serviço público de autocarros defina até não ter mais utentes ou clientes, consoante as perspectivas políticas de nomenclatura. Quero também dizer que eu teria gostado muito de (ter feito a discussão também e tenho que aproveitar o

ensejo para o dizer) discutir o processo de extinção do Teatro Aveirense, porque ele é extinto sobre uma nova formulação jurídica, que é a fusão por integração! Que é notável! Quer dizer não se extingue, funde-se. A Senhora Vereadora tem que explicar isso melhor, porque uma coisa é extinguir-se, outra coisa é fundir-se. Se a Senhora extingue alguma coisa remanesce e a Senhora tem que integrar essas infra-estruturas em algum lado. Decidiu este executivo fazer isso na dita Aveiro Expo, ainda se está para perceber se o privado admite isso ou não, até ver ainda não se sabe. Se o objecto social dessa empresa admitisse ou não e já agora e sobretudo, se há ao algum projecto cultural subjacente a esta nova ideia, até porque já o aqui disse, eu neste momento não vejo razão de ser, para a existência de uma vereação da cultura ou de um Pelouro da cultura na Câmara, porque ele de facto não existe. Agora existe um conjunto de espectáculos no Teatro Aveirense, ao que dizem caros, até às eleições. É isto que existe. Em relação à Moveaveiro e a esta Moção, quero dizer-lhes que os considerandos enfim, não são novidade nenhuma. A maioria dos deputados que estão à minha esquerda e que se autos designam de direita os corroboram, estou expectante nesta primeira ronda em os ouvir, visto que da parte do CDS, a turbulência que é conhecida em relação a estas questões, fez com que não haja um grande avanço na reflexão desta matéria que era importante. Disse.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[041](#)

“Obrigado Senhor Presidente substituto e a todos os que estão aqui, cumprimentos, muito boa noite. O meu amigo Marques Pereira o que ele quer sei eu. Mas toda a gente sabe não é, como é óbvio, mas nós não lhes vamos dar como é óbvio não é?

O nosso princípio é, nós não temos preconceitos relativamente às concessões. As concessões há boas concessões, há más concessões, consideramos neste caso em particular, até pela experiência tida, as concessões que foram efectuadas, primeira concessão não é uma alienação, concessão não é uma venda, ponto prévio para que não haja aqui quaisquer dúvidas relativamente a esta situação. Portanto e achamos que a experiência que tem havido, tem sido positiva para os aveirenses e eu posso afirmar isso, porque eu uso os transportes públicos muitas vezes e pergunto às pessoas e tenho vindo a perguntar a muitas pessoas, relativamente ao que é que elas acham e o que é que elas têm, sentido relativamente às alterações que ocorreram, particularmente relativamente àquelas linhas que uma ou duas dessas linhas, que às vezes eu costumo fazer com alguma frequência, portanto não é assim desprecienda essa experiência que eu tenho e tive o cuidado de fazer essa pergunta por diversas vezes. E as pessoas regra geral, primeiro ficaram satisfeitas, regra geral pelo valor, pelo preço, porque houve uma diminuição de facto em termos genéricos gerais no preço, pode haver pontualmente uma ou outra situação nos regulamentos nos percursos mais longe julgo eu, ainda existe o problema do aumento de preço. Uma diminuição até dos próprios passes, do valor dos passes e particularmente uma certeza relativamente, uma fiabilidade relativamente ao transporte que em algumas situações veio a ocorrer e nós sabemos o que aconteceu com toda a legitimidade que as pessoas têm para fazerem as suas intervenções sociais, mas de facto essa é uma das situações que realçam particularmente as pessoas. Obviamente que esta situação trás consigo o reverso da medalha que é necessário acautelar e que nós consideramos que é fundamental, e eu julgo que a Câmara tem vindo a acautelar isso e já acautelou em alguns casos, nomeadamente a questão dos postos de trabalho portanto. Eu acho que a situação que tem vindo a melhorar, até acho mais, a diferenciação entre o serviço e o interesse público, aqui de facto muito relevante, porque a situação que se calhar a Câmara vivia há uns anos atrás, não é semelhante à situação que a Câmara tem vivido nos últimos anos. O dinheiro, os fundos que são necessários dispor não são certamente os mesmos e não são tão facilmente encontrados, como eram encontrados antigamente. E a questão é se em situações como estas, se o interesse público ou o serviço público se vão sobrepor ao interesse público e aí é que está o problema, se por um lado as pessoas consideram que o interesse público neste caso, por aquilo que eu já

exprimi, é mais valorizado que o serviço público que seria valorizado do outro lado, nós podemos fazer o processo ao inverso, vamos manter o serviço público mas isso tem repercussões como é óbvio. Se querem ter aquele serviço público tem que se pagar regra geral mais, mais impostos para os munícipes, regra geral é assim. Poder-me-ão falar da questão gestonária! Está a ser mal gerido. Podem falar disso tudo, mas regra geral é assim pelo que eu entendi os equipamentos que o município tem já não são tão recentes quanto isso, mas agora têm vindo a ser comprados alguns — se não estou enganado. Mas todo esse investimento que tem vindo a ser feito ou que deve ser feito é um investimento, não é só a manutenção normal, é que as coisas terminam, as coisas precisam de ser renovadas. Portanto há aqui assim muita verba a ser necessária, agora a questão é, qual é a alternativa? Qual é a alternativa? É muito bonito, nós dizermos de boca cheia, serviço público é muito fundamental e não sei quê, o que me interessa aqui, eu como munícipe da cidade de Aveiro é que, o que eu pretendo ou seja, aquilo que me é necessário me seja fornecido e que me seja fornecido a um preço que eu considero que é justo e certamente mais barato! E certamente mais barato. Agora se vem do interesse público, do serviço público, se é público, se é privado, é óbvio que eu prefiro que as coisas me sejam ditas de uma forma, a um preço justo, ainda para mais no momento em que vivemos todos neste momento, quer dizer, acho que devemos ter algum cuidado com aquilo que dizemos. Portanto não tem sentido, (podemos falar o que quisermos) além do mais certamente, de ai assim em vossas casas, eu gostaria se tivessem que optar em determinadas situações sobre um custo de uma viagem de 10€, uma viagem de 5€, o que é que fariam? Com o devido respeito, não sei se, é tudo muito bonito mas o serviço público é mais caro. E além do mais até parece que há aqui outra situação, que uma altura foi comprovada, julgo que trata-se, vindo à Assembleia uma altura o Senhor Presidente terá indicado uma comparação que era importante referir isso, uma contratação de aluguer e isso era fundamental para demonstrar como é que a diferença entre precários é fundamental. E aqui assim não estamos com isto a menosprezar, a tirar dignidade, a anular, a quererem lá todas as valências e os aspectos legais ou outros que tais, que as pessoas que o serviço público mantém e que por bem, têm todo o direito a legitimidade, têm. Mas o facto é que toda a legislação que existe, muitas das vezes no próprio serviço público, inviabiliza muitas vezes a própria competitividade do próprio serviço público. É que no fundo é contra produtor para o próprio serviço público e ao acontecer isso, julgo que a melhor solução é garantindo que as pessoas têm alternativa, ser privado ou público, para mim neste momento é completamente indiferente, desde que o serviço seja mais fiável, mais cómodo, mais barato e que as pessoas se sintam mais satisfeitas. Agora também digo o seguinte, acho que temos obviamente que ter cuidado ou seja, salvaguardar sempre ou seja, deverá sempre que ser o município a salvaguardar e impor as regras do serviço que vai ser efectuado, as concessionárias tem que fazer o serviço que de facto o município entenda por bem ser feito e dai portanto a necessidade dos concursos públicos, em que estejam estipuladas as regras e as normas que devem ser cumpridas. Disse.”

Vogal Joana Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[042](#)

“Para o deputado João Carlos Valente. Eu achei (como diz agora o nosso Ministro das Finanças) muito bonito o discurso, mas o tomilho que anda para aí, a ideia de que o serviço público pesa muito e o privado nada! Sim, até parece que o serviço privado não recebe subvenções ou compensações pelo serviço, serviço esse que ele próprio vamos definir aquilo que é um serviço público e não é um serviço privado e não é uma definição ideológica, é a constativa, é assim, é constatar qual é o objectivo de um serviço privado? O principal obter lucro. Se serve as populações ou não, isso é secundário. Se é mais caro ou mais barato. O objectivo principal é o lucro. Até pode ser que alguns até possam ter alguma parte social, mas não é isso o principal objectivo. Qual é o principal objectivo do serviço público? É servir as pessoas. A pergunta que eu quero fazer é esta: quem é que paga? Isto para ter ideia de que o

privado sai dos bolsos dos cidadãos, nomeadamente neste caso dos aveirenses, quem é que vai pagar ao operador privado as subvenções e as compensações de serviço público? Vão buscar aonde?”

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁴³

Carlos Valente (BE)⁰⁴⁴

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: ⁰⁴⁵

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bem, quando há pouco a Senhora Vereadora da Cultura falava em estudos de viabilidade económica, deve ser um achado dentro deste fundamento do “achómetro” que são as posições do Senhor Presidente da Câmara e agora dos Deputados do PSD.

As expressões são. “bem nós achamos”, “regra geral os bilhetes estão mais baratos”, “regra geral as pessoas”. Parece-nos, que estão mais confortáveis com este serviço público e pergunta-se: - não era tempo antes de tomar outras decisões, não era tempo de fundamentar as nossas decisões e os nossos discursos e o nosso argumentário, por exemplo com um questionário às pessoas, isto é, para que não se venha para aqui com o “achómetro”! Quer dizer, uma Câmara não pode tomar uma posição deste calibre, com base no “achómetro”, porque a verdade é que nós falamos com muita gente, que está mais insatisfeita com este serviço, do que com o que tinha antes! Nós já demos ao Senhor Vereador várias vezes alguns exemplos, há pessoas que passaram a ter o seu custo de mobilidade mais caro, pelo facto, (até há muito pouco tempo atrás) de terem de usar mais do que uma carreira. E isso era algo que não estava resolvido até há muito pouco tempo atrás. Há pessoas que passaram de uma viagem, de um trajecto de um quarto de hora, passaram a quarenta e cinco minutos! E isso não faz parte do vosso “achómetro”. E portanto era importante perceber qual é de facto, de forma fundamentada, se as pessoas estão ou não estão mais satisfeitas e a verdade é que, dia após dia, visita após visita, as pessoas não nos transmitem aquilo que os senhores estão a dizer.

A segunda questão é, se tivessem chegado lá há seis meses ou há um ano atrás e tivessem dito a esta Câmara. – Bem caros deputados, nós não sabemos gerir uma empresa municipal de mobilidade. Não sabemos. Estivemos sete anos à frente de uma empresa municipal de mobilidade e não a sabemos gerir. Pergunta que fica para vossa resposta, custos operacionais. Qual é a diferença, o que é que melhorou ou diminuiu desde o primeiro ao sétimo ano da vossa gestão em termos de custos operacionais da Moveaveiro? Não é o valor que a Câmara transferiu, porque nós sabemos que opcionalmente e a pensar no médio a longo prazo, a pensar nisto que estamos hoje a viver, a dotação orçamental foi cada vez menor, nós sabemos isto e sobre isso ninguém tem dúvida, a questão é, vamos avaliar a qualidade da gestão, que há bocado o Senhor Vereador Pedro Ferreira tentou fazer uma cambalhota, mas eu lembro que quem é responsável pela gestão da Moveaveiro é o Vice-presidente da Câmara, portanto é a Câmara, é a vossa equipa. E a pergunta que se faz é, os resultados melhoraram? Ou era impossível de melhor? Era absolutamente impossível de melhorar o resultado operacional ano após ano? Não era. Portanto aquilo que aconteceu tinha uma intenção e agora (e nós já o dissemos e voltamos a dizer) estamos perante a política do facto consumado, que é agora tem de ser! E nós não aceitamos esta constatação de facto. Como não aceitamos uma outra constatação, que é algo que esta Câmara repete permanentemente desde o primeiro dia das suas funções que é, o preconceito de que o público gere sempre pior do que o privado! Não há exemplo nenhum no vosso mandato, não há nenhum exemplo no vosso mandato, nenhum exemplo do vosso mandato, em que coincidentemente tenha sido ao contrário ou seja, aquilo era gerido por privado, passou a ser gerido pelo público e passou a ser muito melhor. Aquilo não era gerido por nós, passou a ser gerido por nós e ficou muito melhor. Só ao contrário, aquilo era gerido por nós, nós temos que passar a outra pessoa, para ser gerido melhor. Isto é a falência da vossa competência! Mas é mais do que isso, é um preconceito, porque o deputado

do PSD dizia que não tinha preconceito quanto às concessões. Nós também não temos nenhum preconceito relativamente às concessões a privados. Nós não temos esse preconceito. Agora nós temos é que avaliar muito bem, quando é que há vocação ou não do serviço público, das instituições públicas para fazer essa gestão ou não há? E manifestamente quando estamos a falar de serviço de transportes municipais ou eventualmente intermunicipais, é ao município como o próprio nome indica, que essa função deve estar alocada, não é às empresas, são serviços de transportes municipais. E assim o foi e as cidades que têm a felicidade de ter esta estrutura e este serviço, obviamente que serve muito melhor os seus cidadãos, do que aquelas que não têm. A pergunta que se faz é, qual é na vossa perspectiva, dos impostos municipais, dos cofres municipais, qual é na vossa perspectiva daqui para a frente, o valor que a Câmara Municipal deve pagar, para que os seus cidadãos não fiquem prejudicados face à situação que têm hoje, ou seja vocês têm consciência que há cidadãos que precisam dos transportes públicos e portanto a pergunta que se coloca é, não há contratos blindados para o resto da vida, não há blindagem possível para contratos que vão fazer ou para concessões que vão fazer. Portanto há sérios riscos e as PPP's das quais nós não nos podemos orgulhar, as PPP's são um bom exemplo do que não se deve fazer em muitos casos, são o exemplo de que os cidadãos, os utentes acabem por mais tarde ou mais cedo, pagar bem mais indirectamente do que aquilo que estavam previsto pagar. E portanto a pergunta que se faz é, está esta Câmara disponível para assumir um valor de um milhão, dois milhões, três milhões, cinco milhões? Ou então a pergunta é, para que é que servem os impostos que os aveirenses pagam? Para que é que servem? Para onde é que os senhores querem alocar os impostos que os aveirenses pagam? E isto é que é discutir as estratégias e as prioridades do município, relativamente ao futuro. Não é chegar cá com o “achómetro” e dizer – bem arranjámos aqui uma empresa que serve de nossa muleta, porque nós agora temos o problema que temos que extinguir a empresa. E é sempre nesta lógica do facto consumado, por isso é que nunca dá para discutir nada, porque no final o Senhor Presidente o que diz, como ainda há bocado estava a dizer é que em 2015, nós só temos vinte meses para resolver este assunto. Então tivesse-se lembrado que isto era um problema há sete anos atrás quando o senhor Presidente foi eleito, só se lembrou agora, porque está obrigado, senão isto continuaria cada vez pior. Muito obrigado.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [046](#)

“Eu confesso que estou com alguma dificuldade para abordar esta questão, porque não sei se hei-de abordar primeiro o teor da Moção, se hei-de abordar as declarações que vão sendo proferidas, mas vou começar pela Moção. A Moção e que fique bem claro, cada um tem as suas motivações. Naturalmente do ponto de vista ideológico o BE fez muito bem em apresentar esta Moção, porque no fundo cavalga hipoteticamente uma anterior.

Mas usarem política como analogia, é algo que é arriscado, é difícil e na maior parte das vezes dá asneira, que é o caso. Portanto é o caso e não nos pode colocar numa questão agora, à semelhança como uma fotocópia de uma posição anterior que nós tomámos relativamente à questão dos estacionamento. Nada mais diferente e portanto há que separar as águas e nós separamo-las com toda a clareza. Há também aqui assim de facto uma tentativa falhada de cavalgar o interesse público, através do serviço público e fazer a confusão dos dois. Isto conforme já aqui foi afirmado, até pelo João Carlos Valente e pela Câmara, o Senhor Presidente da Câmara e muito bem, de facto uma coisa não tem nada a ver com a outra. O interesse público deve de facto prevalecer sempre! O interesse público estamos aqui todos, com perspectivas se calhar diferentes do interesse público. Mas meu caro amigo não tem mais. Mais, não é a mais paladino do interesse público do que eu, lhe garanto! E portanto estamos aqui com perspectivas diferentes e naturalmente que o senhor navega num quadro ideológico que é completamente diferente daquele que eu navego, que é o da social-democracia, claramente. Mas lhe garanto que é assim! E portanto também relativamente à questão da

história da Moveaveiro, de facto aqui foi dito que ela nasceu em 1959, eu sou mais velho cinco anos e na altura andava a pé, de bicicleta, no quadro da bicicleta do meu pai, até que apareceu o Fiat 1100, para resolver o problema do transporte. E isto continuou no serviço público municipal, até que alguém se lembrou de defender o interesse público, retirando dos Serviços Municipalizados e construir uma empresa. Na altura se calhar era o que estava a dar, certo? Portanto questiona-se hoje, o passo que foi dado na altura, alguém disse aqui que foi um mau passo. Poderei concordar, mas estamos a falar à posteriori. Na altura as expectativas, até acredito que fossem legitimamente as melhores ok? E portanto é a experiência da vida que nos vai aferindo da bondade ou do demérito das nossas iniciativas. E quanto a isso penso que estamos de acordo. Chegamos à conclusão que na verdade o modelo societário não se revelou melhor. Entretanto se esse já era um problema agravado por quinze milhões de prejuízo, que afectam qualquer pessoa, a não ser quem pensa que os bolsos do Estado são bolsos sem fundo e que todos nós andamos aqui a pagar as asneiras que se cometem ao longo da vida e que não é possível conceber um serviço público com resultados positivos, não só em termos de satisfação dos utentes e dos cidadãos, mas também com a correspondente satisfação do ponto de vista financeiro, isso é possível claramente, mas também não acredito que é com o modelo actual. O modelo que existe e portanto se calhar terá que haver aí uma evolução no conceito da governação deste tipo de sociedades. E nem todos, convenhamos, têm os benefícios que algumas Câmaras deste país têm e é um privilégio de ter subsídios à exploração, porque todos nós pagamos e pergunto o que é que eu tenho a ver com os transportes colectivos do Porto ou de Lisboa. Estou preocupado com os de Aveiro. E portanto vamos lá ver, tudo isto é muito relativo, é muito fácil falar em dezenas ou centenas de milhões ou mesmo em mais de mil milhões de euros de prejuízo de transportes públicos, apenas porque é serviço público? Então e não há responsabilidades para ninguém? Isto aqui assim é tudo muito bonito? Onde é que estamos? Onde é que paramos? Porque há sempre aquela pergunta, e quem é que paga? Quem é que paga? Aqui são os cidadãos de Aveiro, os cidadãos de Aveiro. E portanto relativamente aos cidadãos de Aveiro é que vai o meu pensamento, é que está a minha grande preocupação. E portanto não se podem esquecer também, que há muito pouco tempo surgiu uma Lei (reparem que isto não é evolução e depois caímos aqui e eu peço desculpa de discordar do Senhor Deputado Gonçalo Fonseca. Não, é que há cerca de um ano ou menos, surgiu a necessidade de nós extinguirmos estas sociedades, não havia essa necessidade, certo? E como não havia foi sanado e não se colocaram os problemas, mas há um cutelo legal e nós estamos numa cidade de direito, temos que respeitar a Lei. Não podemos assobiar para o lado e reagir como se nada fosse. Temos que dar resposta e aquela data é uma data fatídica. Se de facto um problema desta dimensão, com esta complexidade, se calhar até merecia um prazo mais dilatado! Mas mereceria, porque isto aqui é muito complexo. E portanto quer esteja no modelo societário actual, quer esteja integrado nos Serviços Municipalizados ou noutra modelo por exemplo misto, a verdade é que nós temos que dar resposta à situação actual e temos que definir muito bem para onde é que queremos ir. É verdade. E portanto, quando nós aqui assim dizemos, vamos concessionar, não é vender como aqui já foi dito, não vamos vender ao desbarato, alienar, nada disso, vamos concessionar determinadas linhas, isto pode ser uma parte da solução, mas não é a solução, isto não é solução, ninguém a apresenta como tal. Isto é tentar resolver até de certa maneira alguma experimentação que é necessária para efectivamente a Câmara se abalançar a outro tipo de resposta mais lata. Naturalmente e dou toda a razão ao Senhor Deputado do BE, quando diz que o valor de uma empresa, não é igual ao valor das suas partes. A valorização é diferente, consoante estamos a analisar toda uma parte. Mas este caminho, podemos discordar dele, mas é um caminho que é válido e até é um caminho, que tem que merecer do nosso lado a nossa concordância, porque quer esteja nesta situação ou integrada nos serviços municipais, temos sempre que equacionar esta possibilidade, é uma possibilidade muito forte. E portanto, no mínimo nós vamos dar o benefício da dúvida e vamos avaliar os resultados desta operação e desejamos que ela decorra

bem. Para já do ponto de vista operacional, o que me chega também aos meus ouvidos é que não está a correr mal. Eu até tenho (posso dizer aqui) um filho que todos os dias utiliza os transportes de Eixo para aqui, todos os dias e gosta, prefere andar agora, melhor, mais do que antigamente. E portanto na verdade nós não nos faz impressão nenhuma, nem comichão o apoiar a estratégia que foi seguida. Se calhar cada um de nós poderia apresentar outro tipo de estratégia, mas esta não deixa de ser válida. E portanto vamos votar contra a Moção que foi apresentada, até digo mais, depois da retirada do Ponto anterior, até acho que esta discussão agora está um bocadinho esvaziada, do ponto de vista político, está um bocadinho, mas estamos a discuti-la no pressuposto de que iremos discutir a fundo todas estas questões, porque discutir uma Moção não é discutir todas as questões muito sérias que esta questão encerra. Eu não queria ver, nem confundir a árvore com a floresta. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[047](#)

“Muito obrigado. É um pedido de esclarecimento, que é para não ser sempre o BE que apresentou, porque também se suscitam algumas dúvidas à nossa bancada em relação a esta intervenção, aliás feliz do Dr. Olinto Ravara. Mas de todo o modo, tinha duas questões para lhe colocar. Uma que tem a ver com o sentido de oportunidade do lançamento desta concessão. Eu sei, pelas declarações que temos vindo a ouvir ao Dr. Olinto Ravara nesta Assembleia ao longo dos tempos, que o Senhor Deputado é sensível aos momentos políticos que atravessamos. E a primeira pergunta que lhe queria formular é a seguinte, acha razoável que se faça a concessão deste serviço, nesta altura, por este executivo? Primeiro ponto. Segundo ponto, pegando nas suas palavras quando diz que se está a fazer de certa forma aqui alguma experimentação, que pode ser enfim, um momento em que se pode absorver mais informação, para uma possibilidade de uma solução mais lata, gostava de lhe perguntar, acha isso razoável quando estamos a meia dúzia de meses das eleições e quando este executivo está na circunstância em que está, nomeadamente o seu Presidente? Disse.”

Vogal Nelson Peralta (BE)[048](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)[049](#)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[050](#)

“Eu começaria por abordar a questão da oportunidade. A questão da oportunidade, eu diria que haviam duas oportunidades, uma em termos políticos e outra em termos legais. Claramente esta proposta é dominada pela oportunidade legal. Nós temos prazos a responder e portanto meus amigos não vamos aqui assim esgrimir argumentos ideológicos quando temos uma data limite bem à vista, à nossa frente e que nos preocupa a todos. Temos que arranjar soluções e isto, a Câmara foi bastante pragmática na realização desta (eu diria) experiência, se calhar não é o termo mais adequado, mas não deixa de ser. Não deixa também de ser. E portanto não tem nenhum sentido pejorativo isso. Quer dizer, eu acho que todos nós estamos a avaliar muito bem como é que está a correr a concessão que foi feita. E portanto, vamos tirar daí assim as nossas conclusões, como de outra maneira é que não seria de esperar.

Relativamente à questão do financiamento desigual nos transportes públicos, pode ter a certeza que o PSD é contra este tipo de financiamentos e irá procurar limitá-los o mais possível a nível nacional e aqui a nível nacional limitá-los o mais possível, o mais possível. Isso tem sido uma das desgraças deste país e hoje estamos com muitos problemas também à conta disso, não é só mas também. E portanto agora a última pergunta que me foi colocada, eu neste momento não tenho qualquer número para poder satisfazer a curiosidade do senhor deputado Gonçalo Fonseca, mas terei todo o prazer em discutir profundamente esta questão com todos os presentes, quando esse assunto for aqui amplamente discutido, com todos os documentos necessários, sejam documentos de estratégia, sejam os documentos económicos e

financeiros, que nos permitam estabelecer o equilíbrio que o senhor pretende e que todos nós também pretendemos, que é entre o montante do financiamento necessário para satisfazer uma necessidade colectiva. Muito obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva)

Vogal Nelson Peralta (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[051](#)

“Só um pedido de esclarecimento, tenho dez minutos agora, mais dez no final é isso? Ok. Muito obrigado.

Antes de mais queria verificar que houve aqui um enorme consenso, que une as bancadas da oposição, mas também as bancadas do PSD e do CDS. Élio Maia enquanto Presidente, Carlos Santos enquanto Presidente da Administração da Moveaveiro, restantes vereadores da direita e restante Administração da Moveaveiro foi escolhida na casa e no partido, todos estes representantes do PSD e do CDS são péssimos a gerir a coisa pública, fizeram um péssimo trabalho na Moveaveiro de tal forma, que agora até parece que está um bocadinho melhor, porque foi tão horrível, tão horrível a gestão ou seja, PSD e CDS estão a dizer – Não contem connosco para gerir bem a coisa pública. Contem connosco para entregar de forma gratuita a melhor da gestão pública à parte privada! Mas houve aqui questões também que não foram respondidas, a primeira é, esta Câmara Municipal entregou de forma gratuita as quatro melhores linhas da Moveaveiro. Outra questão que não foi respondida é, porque é que a Câmara Municipal entrega as quatro melhores linhas, sem concurso público e por entrega directa sem receber um cêntimo e não entregou o pior, porque aquilo que dava mais prejuízo não foi entregue. Se calhar do ponto de vista vosso, da boa gestão pública que é contrária ao público, seria até a melhor solução mas não o fizeram. Então desafio aqui os deputados a me explicarem, porque é que foi entregue gratuitamente e sem concurso público a melhor parte e agora faz – se um concurso público para o resto! Não há de facto nenhuma justificação e com a entrega, tudo perdeu. Perderam os trabalhadores da Moveaveiro, que alguns estão no desemprego e outros têm a sua vida laboral ameaçada, piorou o serviço, aumentaram os preços, ao contrário do que esta Câmara Municipal diz. Portanto tudo ficou pior depois da concessão. Mas aquilo que eu pergunto ao PSD e ao CDS ao elogiarem tanto a Transdev é se me estão a dar uma dica? Se me estão a dar a dica, de quem vai ganhar este concurso público é a Transdev! Será que é isso que me estão a dizer? Será que é isso que estão a dizer a esta Assembleia Municipal? É que tanto elogio a uma empresa privada, leva-me a crer que estão a ir por esse caminho.

Queria abrir um parêntesis para me referir à infeliz e lamentável intervenção de Marques Pereira do Partido Socialista. Marques Pereira preferiu atacar quem fez uma proposta, Marques Pereira preferiu atacar quem fez um proposta, a proposta certa, no momento certo e talvez eu perceba, porque João Sousa, Vereador do PS, em declarações a um jornal disse preto no branco, que se o PS ganhar as próximas eleições, não sabe se rasgará o memorando com a Transdev, porque Marques Pereira ajudou à festa e disse-nos claramente o que acha sobre isto. Mas eu ao contrário do Marques Pereira não faço isto, não ataco quem não fez proposta, nem ataco quem no momento certo não consegue ter a posição certa e por isso é que espero que o PS, apesar de ter estado na raiz dos problemas com a criação da empresa municipal e de outras coisas, que neste momento tenha a posição certa. Espero que ao contrário da intervenção do Marques Pereira, o PS tenha a sensatez necessária para neste momento certo votar favoravelmente esta proposta. E julgo que a intervenção de Marques Pereira foi apenas jogo eleitoral e que o PS não falhará, neste caso, neste voto, e votará favoravelmente a proposta e assim espero.

Sobre o PSD e o CDS, ninguém aqui conseguiu explicar, porque é que há umas semanas atrás a Moveaveiro que estava em extinção, não podia lançar um concurso público e agora

estranhamente, a mesma Moveaveiro já pode lançar outro concurso público. O estacionamento foi chumbado com os argumentos da bancada da direita, como Manuel António Coimbra já o disse antes e também no dia 27 na Rádio Terra Nova a dizer precisamente isto, que uma empresa municipal em extinção, não pode lançar concursos públicos e hoje já pode!? Foi a vossa consciência que mudou ou afinal aquilo foi apenas um jogo para tirar o tapete a Élio Maia? Estão genuinamente contra a parceria pública ou privada do estacionamento, ou foi apenas para trocarem de candidato? É uma questão que tem que ser dita, porque nada vosso diz que vão anular agora o contrato, aliás no dia 27, Manuel António Coimbra na Rádio Terra Nova disse claramente que para o próximo mandato, o mesmo negócio está em cima da mesa. Era apenas um problema de forma! O problema de forma era a empresa municipal não ter a capacidade de lançar concursos públicos em extinção. Portanto ou a vossa consciência mudou ou fizeram apenas jogo na última Assembleia Municipal. Nós precisamos saber, os aveirenses precisam de saber se o PSD e o CDS estão comprometidos a entregar o negócio do estacionamento também? E agora queremos também que traga o acordo dos autocarros de acordo com os vossos próprios argumentos.

Outro argumento que foi respondido e devo louvar Olinto Ravara é que a empresa depois da concessão gratuita da sua parte mais lucrativa, vale muito menos num concurso público.

Ai Olinto Ravara preto no branco disse-nos: – Sim, a empresa amputada vale menos. Sim, esta concessão é um mau negócio. Sim, noutra altura esta concessão seria melhor. E eu da minha parte que defendo o transporte público, enquanto público, olho para a vossa ideologia e pelos vistos vejo que não é apenas a ideologia dos maus negócios, porque reconhecem que este é um mau negócio e mesmo assim não desistem de o levar avante.

Há outra questão que queria realçar, que é a questão falsa do argumento falso da Lei 50/2012. Primeiro esta Lei é uma Lei do PSD e do CDS. Não sei se sabem quem são esses partidos, PSD e CDS. Mais, Élio Maia foi quem abriu o comício de Passos Coelho em Aveiro.

Élio Maia, hoje obviamente ninguém quer estar com Gaspar e com Passos porque não ganha as eleições, mas Élio Maia naquele momento foi um dos agentes da vitória de Passos Coelho. Passos Coelho está a destruir o país, não só com o voto, mas com a intervenção no comício, valorosa certamente de Élio Maia. E agora Élio Maia diz - nos – eu não tenho nada a ver com aquilo, são os partidos desta maioria, eu estive no comício de encerramento mas não tenho nada a ver com aquilo! É no mínimo uma grande desfaçatez. Mais ainda a Lei 50/2012 é falsa por outras duas questões, a primeira é que temos muito tempo ainda até 2015, o próximo executivo pode argumentar diferente. Segundo, o estacionamento não precisa ser privatizado, porque o estacionamento dá lucro. O estacionamento está a ser privatizado por uma vontade deste executivo. E em terceiro lugar esta Lei 50/2012 não nos diz que tem que haver para concessões, não nos diz que tem que ser este o modelo, pelo contrário, portanto não podem argumentar a Lei 50/2012, quando em 2008 já o próprio executivo argumentava que podia entregar as linhas à Transdev. Em 2008 ainda não se sonhava com a Troika ou melhor, ainda não se tinha pesadelos com a Troika e ainda não se sabia que a Lei 50/2012 ia aparecer. Portanto este desfecho, não é um desfecho por causa da Lei 50/2012 que é do vosso partido, este desfecho é um desfecho desejado por esta Câmara, pelo menos desde 2008, desde que há declarações sobre a Transdev entrar na Moveaveiro. E estamos num ambiente de liquidação geral, este executivo está em final de mandato e enquanto tem as mãos no pote não desiste enquanto não esvazia o pote, vende tudo, concessionaria tudo, entrega tudo, a AdRA, as águas do Vouga, o parque desportivo de Aveiro, as piscinas e quantos mais negócios, o estacionamento e os autocarros. Esta decisão é uma decisão que atenta contra a democracia e eu estranho sinceramente que o PSD e o CDS, depois da intervenção que tiveram sobre o último ponto da Moveaveiro da parte do estacionamento, voltem agora atrás com aquilo que disseram. Aquilo que foi verdade para chumbar o negócio, continua a ser exactamente o mesmo para chumbar este negócio, mas não querem, estão ao lado do interesse obscuro do negócio, apesar de saberem que não é legítimo uma empresa municipal em final de mandato fazer um concurso

público, agora já o é! Isto normalmente confirma a vontade do PSD e do CDS, em desmembrar a Moveaveiro e entregar a Moveaveiro.

Recuperar já agora declarações de 2007 (julgo eu) do Vereador Pedro Ferreira que diz que vai transformar as Bugas num sistema de moedinha de carrinho. Estão aí as promessas falsas em relação às Bugas, estão aí as promessas falsas como já referi em relação aos trabalhadores da Moveaveiro. Estão aí as promessas falsas destas duas bancadas, relativamente à transparência dos negócios camarários relativamente ao interesse público, porque quem chama um negócio por um motivo, não pode viabilizar outro negócio por outro motivo. E com isto termino esta minha intervenção deixando novamente o repto, olhem para as vossas consciências! Olhem para o que foram há umas semanas atrás. Olhem porque decidiram defender o interesse público, defendam-no também agora, mas clarifiquem a vossa posição sobre o estacionamento e sobre a MoveAveiro como um todo sobre os autocarros. E é isto, relançando o repto que se defenda o interesse público, que não se privatize uma coisa em final de mandato, não se privatize uma coisa que o próprio deputado do PSD diz que hoje é um mau negócio. Muito obrigado.”

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵²

“Obrigado. Quatro aspectos gerais para terminar. Primeiro a redução de horários da MoveAveiro é algo óbvio, dou um exemplo. A linha dois menos catorze trajectos, a linha dois (que antigamente era servido pela MoveAveiro e agora é pela UrbAveiro) tinha dois trajectos à noite, agora não tem nenhum. A linha dois que ia desde Eixo até ao outro lado do município, portanto as coisas são objectivas, não é um palpite, não é parece-me, é um facto, é uma realidade. Havia dois autocarros à noite, agora não há. Pronto, ok? Segunda ideia que vale a pena lembrar e é a cassete de sempre, o PCP alertou há muitos anos atrás, a separação do serviço de transporte dos STUA, portanto dos SMA’s, era a antecâmara da privatização da mesma. Portanto mais uma vez a história confirmou.

Terceira ideia, nós ainda há uma hora e meia tivemos a votar um Contrato Programa a propósito da ligação da MoveAveiro com a Câmara Municipal de Aveiro. Os Senhores Deputados do PS, e do PSD (com a abstenção do PS) votaram favoravelmente o mesmo Contrato Programa. Por favor leiam a cláusula 2.ª das opções estratégicas desse Contrato Programa, leiam a cláusula 3.ª dos objectivos territoriais desse Contrato Programa e por favor expliquem-me como é que é possível dizerem o que dizem, votarem como votam e imediatamente uma hora e meia depois é o completo arrepio, é precisamente ao contrário!? Isto não é inteligível! Não é inteligível.

Última ideia final sobre esta ideia, a todos. A MoveAveiro não é um caso perdido. Haja vontade política e há instrumentos legais que permitem salvar a MoveAveiro, haja é vontade política e seriedade intelectual para haver um discurso e uma prática coerente com esse objectivo de salvar a Moveaveiro. Até a própria Lei 50/2012, mal fadada Lei, aprovada com os votos da direita, a Lei 50/2012 no seu artigo 4.º, 64.º, n.º 1, prevê aquilo que tem que ser feito para salvar a empresa que é a sua integração nos Serviços Municipalizados — que é exactamente aquilo que nunca devia ter acontecido ou seja ela sair dos Serviços Municipalizados.

Portanto é preciso rasgar este memorando maldito com a Transdev, é preciso recuperar tempo perdido, valorizar a empresa e os seus trabalhadores e sim, portanto, trabalhar no sentido do município melhor servido por transportes públicos rodoviários. Tenho dito.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁵³

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰⁵⁴

Vogal Nelson Peralta (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁵

“Muito obrigado. O BE fez tudo hoje aqui para que esta Assembleia Municipal votasse favoravelmente esta proposta e anulasse o concurso público. É esse o nosso objectivo, hoje como continuará a ser o nosso objectivo. Consideramos que um serviço de transportes público é essencial para Aveiro, para a qualidade de vida dos aveirenses, para o organismo e para a mobilidade. Tudo fizemos para que esta proposta fosse aprovada nesta Assembleia Municipal. Lamento profundamente que o PSD e o CDS, tenham mantido um preconceito ideológico! Um preconceito biológico contra tudo o que é público! Um preconceito ideológico até contra os bons negócios, porque admitem que é um mau negócio mas é para se fazer. Já agora sobre o pote, deverá perguntar a Passos Coelho o que queria dizer Passos Coelho sobre o pote, que não tinha pressa, mas tão rapidamente foi ao pote e bem vemos o que está a fazer ao pote, está a destruir o país, os trabalhadores, os pensionistas, os empregados.

Em Aveiro a história não é diferente, é a mesma coligação, mas penso que PSD e CDS, que até no argumento, na narrativa imita o Governo PSD/CDS. Passos Coelho e Vítor Gaspar dizem “não há alternativa, porque a Troika manda”. Aqui na Câmara Municipal dizem: “não há alternativa, porque o Governo manda”. Por acaso esta Câmara Municipal é PSD/CDS! Por acaso o Governo é PSD/CDS, por acaso o Presidente da Comissão Europeia é do PSD. Nunca a direita em Portugal teve poder absoluto como hoje. Nunca a direita teve tanto poder como hoje em Portugal, por isso é que não reconheço nenhum argumento de “tem que ser assim”. Não há condicionantes nenhuma, o PSD e o CDS no país, em Aveiro e até na Europa, tem poder absoluto e quando a direita tem poder absoluto, que é aquilo que era o sonho da direita, que é o pesadelo do povo, nós nem vemos o que acontece ao país em Aveiro, destruição.

Mas quero falar também sobre a Transdev. A Transdev é uma multinacional das águas, pertence a uma multinacional das águas. Das maiores empresas do mundo e este executivo camarário e a Moveaveiro decidem despedir funcionários da MoveAveiro, meter pessoas no desemprego na altura mais dramática da vida social em Portugal para quê? Para entregar regalias a uma multinacional. É isto o PSD e o CDS em Aveiro como no país, para o público o osso, para o privado um lombo, para os trabalhadores o sacrifício, para as multinacionais o benefício, as regalias e tudo o que de melhor Aveiro tem e o país tem. Devo dizer ainda, que a Transdev apenas em Dezembro, não vai lá muito tempo, disse que apenas pegava em transportes públicos, se houvesse uma forte participação estatal. O que nós estamos aqui a decidir é, destruir o serviço público para entregar à Transdev e pagar-lhe rendas milionárias, é isso que nós estamos a fazer aqui, não estamos a fazer uma poupança, estamos a fazer uma entrega. Eu bem sei que com gestores como Élio Maia, Carlos Santos e o seu ex, sabemos quem é, sabemos muito bem que com este tipo de gestores, é impossível gerir a coisa pública, não porque sejam incompetentes, mas porque o seu objectivo é entregar a coisa pública. Não podemos confiar em aquilo que é destruir o serviço público para proteger o serviço público.

Não podemos pôr as raposas a tomar conta do galinheiro e esperar que no final existam o mesmo número de galinhas! Isso não acontece. Quem quer destruir o serviço público, quem quer entregar a privados, nunca vai gerir bem e foi essa a história da MoveAveiro. Já agora, com promiscuidade, ainda antes da concessão, ainda antes do memorando de entendimento com a Transdev. Mas devo observar que o PSD e o CDS estão em intensa campanha eleitoral! Eu nunca vi tanto eleitoralismo! Nunca vi tanto eleitoralismo. A campanha eleitoral do silêncio! A campanha eleitoral de não dizem o que estão, nem ao que vão. A campanha eleitoral de ter duas posições ao mesmo tempo. Infelizmente foi aqui desmascarada, que afinal poderão não estar completamente contra o estacionamento, como Manuel António Coimbra disse na rádio e como deixou aqui entre aberto, poderão ir contra a destruição da MoveAveiro como um todo, não estão lamentavelmente. Devo dizer que quando ouço a direita dizer que os transportes públicos só existem em seis ou sete cidades do país, eu devo observar que são seis ou sete das maiores cidades do país. Aveiro prefere-se comparar a pequenas cidades do que

capitais do distrito. Quem olha para baixo para imitar, em vez de olhar para cima para partilhar os melhores exemplos, não vai certamente desenvolver Aveiro. E observo que o CDS tinha uma grande bandeira em Aveiro, a bandeira do CDS era a MoveAveiro o serviço público de transportes.

Bem, vemos o que é hoje o CDS. O CDS é um dos obreiros da destruição da MoveAveiro, tal como é um dos obreiros da destruição do país. E com esta decisão, a Câmara Municipal decide não só a desistência de um serviço público, a entrega de um serviço público a privados, mas desiste também do investimento público de décadas. Na MoveAveiro estão décadas e décadas, milhões e milhões de erário público, que este executivo quer atirar para as mãos de uma multinacional. E concluindo pareceu-nos aqui hoje que mesmo a direita entende que este negócio é ruinoso, ou que pelo menos usando outra palavra, que é um mau negócio porque a soma das partes dá menos que o todo! Porque uma empresa amputada vai valer muito menos, mesmo assim o preconceito ideológico de um mau negócio mantém-se e PSD e CDS preferem um mau negócio a mini negócio, talvez porque estejamos no final do mandato e mesmo um mau negócio é sempre um bom negócio, quando não se tem a certeza de que se pode voltar a fazê-lo. O que nós dizemos é: - parem este negócio agora, se reconhecem que é um mau negócio por estar amputado, parem este negócio.

Outra questão foi, porque é que ainda há semanas diziam preto no branco, que uma empresa municipal em extinção não pode lançar concursos públicos e agora já pode? Magia! Mudou a consciência, mudou o argumento, tudo em nome do negócio.

Da parte do BE mantemos a defesa do serviço público. Não desistiremos de anular o memorando de entendimento da Transdev e já agora de anular este concurso público e fazer com que Aveiro tenha um serviço público digno desse nome, de transporte e dignidade, com respeito pelos trabalhadores, com respeito por Aveiro, por quem aqui vive, por quem aqui trabalha, por quem nos visita, por quem necessita de mobilidade em Aveiro. É por isso que nos batemos, pelo interesse público, por um serviço de qualidade e não por um negócio de apenas ocasião. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o Primeiro Secretário da Mesa fez a leitura da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, com o seguinte teor: [056](#)

«1 – Anulação do Concurso Público para a “concessão de serviço público consubstanciada no desenvolvimento da actividade de exploração, manutenção, conservação e reparação da rede de transporte colectivo urbano/local de passageiros por autocarro no concelho de Aveiro”.

2 – A desistência do negócio de concessão dos serviços de autocarros da MoveAveiro.»

De seguida o Presidente da Mesa colocou a votação da Moção apresentada pelo Partido Bloco de Esquerda, sendo a mesma rejeitada,[057](#) com vinte e cinco votos contra, (PSD18+CDS6+IND1), zero abstenções, e nove votos a favor (PS6+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):[058](#)

“Só para dizer que a minha declaração de voto se insere nas intervenções que fiz neste ponto.”

Vogal Nelson Peralta (BE):[059](#)

“As intervenções, nesta proposta do Bloco, são a declaração de voto e pedia a transcrição das mesmas.”

Presidente da Mesa:[060](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰⁶¹

“Senhor Presidente, para apresentar um protesto, que apresento nesta altura por termos acabado de discutir uma Moção que não mereceu a aprovação maioritária desta câmara, mas já houve outras circunstâncias em que outras Moções mereceram a aprovação e a maioria qualificada desta câmara. Ou seja, eu acho que hoje a Câmara Municipal recebe esta informação e interpreta o resultado da votação como, democraticamente, uma maioria que não concorda com a anulação desta concessão. Uma maioria política parlamentar. Há umas semanas atrás discutimos um documento com o mesmo vigor e com a convicção às ideias de cada um e a verdade é que saiu desta assembleia uma proposta que recomendava determinado tipo de atitude à Câmara Municipal de Aveiro. E aquilo que eu quero protestar com muita veemência é que eu não acredito a partir de agora — e isto foi o primeiro momento depois dessa recomendação aprovada, que aquilo que é discutido e aprovado nesta Assembleia seja levado a sério pela Câmara Municipal. E digo-o com tristeza porque ouço muitas vezes da parte do Senhor Presidente da Câmara as palavras, consenso, o melhor para Aveiro, estamos a defender os interesses de Aveiro, temos de ouvir as pessoas. E quando alguma coisa nesta câmara merece uma maioria qualificadíssima de opiniões e é levado à Câmara, o Senhor Presidente pega nesse documento e rasga-o sem qualquer respeito horas e pelas opiniões que os partidos políticos e os deputados municipais aqui estiveram a dedicar ao tema. Hoje saio com a convicção que fizemos da nossa parte o nosso trabalho, mas com a incerteza de que isto sirva para alguma coisa, pelo menos enquanto este executivo estiver no poder.”

PONTO 9. – RELATÓRIO DE SÍNTESE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E DE GESTÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA ASSEMBLEIA – APRECIÇÃO.

(Este ponto, Relatório de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do Edifício Sede da Assembleia, foi apresentado pelo Presidente da Mesa)

Presidente da Mesa da Assembleia:⁰⁶²

“Senhores deputados, foi distribuído por todos estes Relatórios de síntese da Assembleia e de gestão do edifício sede da Assembleia e o que faríamos é um percurso de apreciação pelas diferentes bancadas, podendo quaisquer senhores deputados fazê-lo.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁶³

“Bem, estamos na presença de um documento que se vai ancorando em factos. Factos são factos, nada a dizer. Penso que é um documento bem feito, resta-me dar saudações a quem o redigiu.”

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁶⁴

“Um documento de síntese é isso mesmo. Um documento da atividade da Assembleia em 2012. Temos é que fazer umas considerações políticas sobre o que aconteceu em 2012. Devo considerar primeiro, e em relação ao Bloco de Esquerda, que tivemos oito deputados a rodar por estes dois lugares que temos eleitos. É essa a nossa forma de estar na política e estar na defesa do interesse público. Consideramos, tal como considerávamos antes de estar na Assembleia da República e antes dos partidos da direita mudarem o Regimento, que o exercício dos cargos não deve ser em benefício do próprio, não deve ser para grande laia do próprio, mas deve ser a demonstração plena daquilo que é a democracia e portanto nós fazemos a rotação e por isso nós aqui colocamos outros deputados municipais desde o início. Devo ainda dizer que os oito homens e mulheres do Bloco de Esquerda que aqui passaram tiveram sempre opinião, tiveram sempre contributos, ideias e intervenções. E olho para a bancada do PSD e do CDS e vejo que não tiveram uma intervenção, uma dúvida sobre o

negócio durante estes quatro anos. Estes deputados não tiveram uma única questão sobre absolutamente nada. E nós consideramos que um mandato em que é apenas levantar e sentar não tem grande utilidade.

Mas devo dizer ainda em relação à Assembleia Municipal como um todo, nós valorizamos bastante a democracia participativa, e lamento que a Assembleia Municipal não se tenha conseguido abrir mesmo quando há debates na sociedade aveirense. Nunca é agendado um ponto pela iniciativa do senhor Presidente, nunca foi trazido um debate da sociedade cá para dentro, a não ser a agenda que interessa à Câmara Municipal, uma vez que as agendas foram aquilo que foi pedido pela Câmara Municipal mais aquilo que foi pedido pelos partidos.

Devo ainda dizer que a transmissão on-line pela internet do que se passa aqui acabou quando o tempo político aqueceu. Aquilo que eu considero é que deveria ser feito um esforço para que a transmissão pela internet seja retomada.

Para acabar, quero fazer uma crítica mais séria e mais grave, bastante forte, ao Presidente da Assembleia Municipal Capão Filipe, que não esteve à altura das suas competências não esteve à altura da sua responsabilidade. Não nos podemos esquecer que em Setembro de 2012 foi feita uma assembleia municipal extraordinária em que um dos pontos era a concessão do estacionamento à superfície da MoveAveiro. Foi dada a garantia por parte do Presidente Élio Maia e Presidente Capão Filipe, que a retirada desse ponto era para voltasse a ser agendado. Bem sabe Capão Filipe que não o agendou. Bem sabe Capão Filipe que a concurso foi publicado em Diário da República antes do agendamento desta sessão. Bem sabe que foi a bancada do BE,PCP e PS que apresentaram assinaturas para a convocação de uma assembleia municipal extraordinária, o que obrigou obviamente a reponderar para ter esse ponto na agenda. Não foi um ponto extraordinária foi um ponto ordinário. Portanto Capão Filipe está ligado à negociata do estacionamento por 60 anos. Uma negociata que faz rir toda a sua bancada. E sabe bem porquê? Porque se esse negócio fosse aqui agendado como o Presidente Capão Filipe o prometeu seria vinculativo e esta assembleia municipal teria toda a legitimidade para dizer não e não havia concurso público não havia concessão de estacionamento. Mas como assim não decidiu, Capão Filipe por omissão esteve ao lado da Câmara Municipal, objectivamente, porque permitiu que o concurso fosse lançado e depois quando viesse aqui a decisão já não fosse vinculativa. Capão Filipe é assim responsável por faltar à sua palavra ao não ter garantido aqui o agendamento desse ponto. Capão Filipe é assim responsável por esse ponto não ser vinculativo e permitindo que esta Câmara fuja a uma decisão da Assembleia Municipal, quando era sua obrigação proteger a democracia, proteger o interesse público e responder pelo agendar desse ponto. Portanto julgo que 2012 foi este ponto negro na presidência da Assembleia Municipal. Uma presidência que estava até então a ser regular, sem problemas de maior, a garantir a democraticidade, mas este episódio em concreto molhou completamente aquilo que foi a presidência de Capão Filipe nesta assembleia municipal. Esperemos que nos próximos 60 anos não tenhamos que lembrar as suas responsabilidades nesta matéria e esperamos que o negócio seja derrotado. Mas não podemos deixar de dizer que as suas condições como presidente da assembleia ficaram certamente abaladas por faltar à sua palavra, por faltar à sua garantia, e por não ter trazido aqui o ponto para ser anulado, para o negócio nem sequer ser feito. Muito obrigado.”

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁶⁵

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁶⁶

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁶⁷

Vogal Ana Seixas Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁸

“Eu queria em relação a este ponto dizer o seguinte: os documento de síntese aqui apresentados representam efectivamente aquilo que aqui se passou nesta assembleia no ultimo ano. E como esta assembleia é uma assembleia democrática e em democracia temos de ouvir

aquilo que gostamos e aquilo que não gostamos. Acontece com todas as bancadas. Também acontece que certamente em democracia temos que moderar por vezes as coisas defendendo os nossos pontos de vista sem atingirmos a dignidade e o bom nome das pessoas. Eu devo dar os meus parabéns por me sentir muito satisfeita por o Senhor Presidente Capão Filipe estar à frente desta Assembleia. Creio que tem usado com elegância os poderes que tem, para em certas vezes moderar no calor da discussão, quando as pessoas se alteram e tentando levar a bom porto esta missão que é um bocado difícil, pois em democracia estas discussões são importantes. Dou-lhe os meus parabéns porque a assembleia tem funcionado. Claro que todos nós gostamos de falar, gostamos que nos ouçam, gostamos de expor os nossos pontos de vista, e por isso por vezes as assembleias prolongam-se mais do que aquilo que seria razoável. Também uma palavra de enorme gratidão e consideração pelo trabalho desempenhado pelos senhores funcionários do Gabinete de Apoio. Penso que são pilares importantíssimos no bom desempenho desta Assembleia. Por isso, dou-lhe os meus parabéns, acho que tem desempenhado muito bem o seu papel. Merece todo o respeito e consideração da minha parte e creio que desta bancada do partido socialista — penso que todos estamos de acordo. O desempenho da Assembleia, não só aqui, como em todas as atividades que tem desenvolvido e tem promovido, tem um saldo muito positivo desta vez. E portanto renovo os meus parabéns. Tenho dito.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁹

“Bem, depois destas palavras quase que é pleonástico aquilo que vou dizer. Mas de todo modo queria acrescentar duas ou três coisas. A crítica que é feita ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal é uma crítica democrática. Há um problema de estilo. Mas problemas de estilo não são problemas de substância. E se a crítica é feita ao Senhor Presidente da Assembleia, enfim, será legítima, mas porventura deveria ser até motivo de reflexão. Mas também não creio que o deputado Nelson Peralta vá lembrar o Dr. Capão Filipe nos próximos 60 anos porque não agendou o ponto. Era uma maçada! Não vamos tão longe.

Querida dizer que a Assembleia por vezes tem sessões crispadas – isso já vem do anterior mandato. Tivemos uma presidência no anterior mandato que era uma personalidade transfigurada de aveirense e que não tinha o sentir republicano e democrático que é muito próprio de Aveiro. Neste mandato isso foi recuperado. Mas o que é facto (e eu também assumo isso) que o debates por vezes também aquecem demais. Não vem mal ao mundo com isso. Todos temos a maturidade democrática, enfim, de cada um assumir as suas responsabilidades e forma de estar. Querida referir que em 2012 aconteceu o mesmo que em 2011 e que no ano anterior, pois há aqui uma tendência que se mantêm. As bancadas da oposição tomam e usam mais tempo que as bancadas de posição. Esse debate foi feito no ano passado e poder-se-ia manter nos mesmos termos porque essa realidade não se altera.

Quero dizer também que este edifício beneficia o debate parlamentar. E eu posso afirmá-lo, porque parte do trabalho que fiz recentemente, que Aveiro é privilegiado da forma como o seu parlamento local funciona. Há municípios que não fazem a mais pequena ideia da forma, do regular funcionamento democrático, porque isso não é um hábito local. Um sistema absolutamente presidencializado favorece uma assembleia municipal totalmente maniatada pelo poder executivo. Isso felizmente em Aveiro não é exatamente assim. Há maiorias constituídas que suportam constantemente o executivo e as coisas têm esse cariz democrático e ainda bem. Porventura excessivo, como dizia a Dr.ª Seíça Neves, mas assim a nossa democracia local nos últimos anos.

Querida dizer que há pontos positivos que devem ser de realçar como sejam as “Assembleias Jovens Municipais”. É importante que elas ocorram e que tenham uma maior intensidade e que as crianças possam vir ao hemiciclo e perceber como funciona um parlamento e a importância que ele tem na vida democrática.

Quero dizer que os anseios de haver mais participação, mais democracia, e maior proatividade da Mesa é uma crítica legítima. Todos devemos contribuir para isso. Mas quero dizer que por aquilo que conheço do país, nós estamos em Aveiro tranquilos, porque o nosso parlamento local, do meu ponto de vista funciona bem. Poderá funcionar melhor – eu próprio tenho sugestões para ele funcionar melhor, mas acho que desse ponto de vista devemos estar satisfeitos. Temos uma Assembleia Municipal em que a Comunicação Social vem assistir. Esse escrutínio também é importante. É uma Assembleia Municipal que apesar de tudo em alguns momentos tem público a assistir. O que é uma nota positiva, mas que temos muito, muito, para progredir. Trazer as populações a assistir às assembleias municipais é um trabalho pelo qual todos nos devemos debater e a Mesa em especial deve procurar potenciar.

Queria terminar por último, porque é justo fazê-lo, corroborando as palavras da Dr.^a Ana Maria Seiça Neves, que estes relatórios de síntese é possível pelo zelo dos nossos três funcionários que já têm anos de experiência nesta matéria e que com rigor procuram transmitir num documento que pode ser analisado e que tem interesse também do modo como se desenrola a nossa democracia. A forma como a democracia local em Aveiro tem progredido no seu parlamento. É um documento valioso, é um documento que vale a pena ser analisado, portanto renovamos (é uma renovação anual) os votos de parabéns pela sua boa elaboração. Disse.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁷⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁷¹

Presidente da Mesa:⁰⁷²

“Senhores deputados, duas ou três palavras de circunstância. Primeiro é um bem-haja a todas senhoras e senhores deputados, pelo exercício de mais um ano de mandato na pluralidade da realização da democracia, na casa da democracia aveirense por excelência, que é o parlamento local. O nosso bem-haja a todas senhoras e senhores deputados por essa mesma pluralidade.

Também palavras de agradecimento à nossa abertura à comunidade, como aqui também já foram referidas. As distintas freguesias que todas elas participaram na iniciativa “Freguesias vêm à Assembleia”. Ainda um bem-haja à envolvimento de todas as escolas do município de Aveiro, que têm participado na “Assembleia Municipal Jovem” e que tem envolvido os encarregados de educação, os docentes e nossos alunos. Um bem-haja também à Reitoria da Universidade de Aveiro por também na abertura das iniciativas que temos tido no ciclo de conferências “Aveiro à Conversa”, que como sabem tem sido uma parceria com a universidade de Aveiro.

O nosso muito obrigado também a todos os órgãos de comunicação social e designadamente ao Diário local por termos continuado a ter um processo de comunicação no “Canal Assembleia”. Também à Escola Profissional de Aveiro, por no âmbito das novas tecnologias de comunicação, que enquanto foi válido o seu projeto nos fez a transmissão como sabemos via on-line.

Também uma palavra de gratidão e reconhecimento ao nosso Gabinete de Apoio, na pessoa do Dr. Cartaxo e Dr. Miguel Araújo, que mais uma vez têm sido exímios na prossecução dos objetivos do nosso parlamento.

Uma última palavra ali para o nosso excelentíssimo senhor deputado. Não tendo eu a interpretação dos factos que tem acerca da temática ocorrida, porém desejo-lhe de viva alma que daqui a sessenta anos possa referir esse mesmo facto cuja a sua interpretação não reconheço que tenha sido assim. Penso que teve uma interpretação de ordem política em relação aos factos ocorridos.

Mas mesmo aceitando essa interpretação de ordem política, que daqui a sessenta anos possa, como se diz, quebrar-me os ossos, e recordar-me o que se passou ao vivo — será seguramente um sinal de longevidade para a minha circunstância biológica.”

De seguida o Presidente da Mesa deu por concluída a apreciação do Relatório de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do Edifício Sede da Assembleia.

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada⁰⁷³ por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁷⁴ a Sessão Ordinária de Abril.

Eram 24:00 horas do dia 13 de Maio de 2013.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)